



Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
Corregedoria do MPF
Correções Ordinárias da CMPF
Biênio 2012/2013

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ E
PROCURADORIAS MUNICIPAIS VINCULADAS NO ANO DE 2012

Brasília, junho de 2012.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	4
2 MAPA DE APOIO LOGÍSTICO	5
3 DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES.....	6
3.2 DIVISÃO DE TRABALHO-PR/PR.....	6
3.2.1 Sistemática de Distribuição PR/PR.....	9
3.3 DIVISÃO DO TRABALHO - PRM/Apucarana.....	10
3.3.1 Sistemática de Distribuição PRM/Apucarana:.....	10
3.4 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/CAMPO MOURÃO.....	10
3.4.1 Sistemática de Distribuição PRM/Campo Mourão:.....	10
3.5 DIVISÃO DO TRABALHO - PRM/CASCADEL.....	10
3.5.1 Sistemática de Distribuição PRM/Cascavel:.....	11
3.6 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/FOZ DO IGUAÇU.....	11
3.6.1 Sistemática de Distribuição PRM/Foz do Iguaçu.....	11
3.7 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/FRANCISCO BELTRÃO.....	11
3.7.1 Sistemática de Distribuição PRM/Francisco Beltrão.....	12
3.8 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/GUARAPUAVA.....	12
3.8.1 Sistemática de Distribuição PRM/Guarapuava.....	12
3.9 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/JACAREZINHO.....	12
3.9.1 Sistemática de Distribuição PRM/Jacarezinho.....	12
3.10 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/LONDRINA.....	13
3.10.1 Sistemática de Distribuição PRM/Londrina.....	14
3.11 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/MARINGÁ.....	14
3.11.1 Sistemática de Distribuição PRM/Maringá.....	14
3.12 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PARANAGUÁ.....	14
3.12.1 Sistemática de Distribuição PRM/Paranaguá.....	15
3.13 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PARANAVAÍ.....	15
3.13.1 Sistemática de Distribuição PRM/Paranavaí.....	15
3.14 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PATO BRANCO.....	15
3.14.1 Sistemática de Distribuição PRM/Pato Branco.....	15
3.15 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PONTA GROSSA.....	16
3.15.1 Sistemática de Distribuição PRM/Ponta Grossa.....	16

3.16 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/UMUARAMA.....	16
3.16.1 Sistemática de Distribuição PRM/Umuarama.....	16
3.17 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/UNIÃO DA VITÓRIA.....	16
3.17.1 Sistemática de Distribuição PRM/União da Vitória:.....	17
4 DIAGNÓSTICO INDIVIDUALIZADO DOS GABINETES.....	17
4.1 Consolidação dos dados dos Relatórios Individuais: PR/PR.....	17
4.1.1 Dados Preliminares.....	17
4.1.2 Condições de trabalho.....	19
4.1.3 Organização do gabinete.....	21
4.1.4 Relacionamento externo.....	27
4.1.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições.....	28
4.1.6 Sugestões para a melhoria dos serviços	32
4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes.....	33
4.2.1 Dados preliminares.....	35
4.2.2 Condições de trabalho.....	40
4.2.3 Organização do gabinete.....	47
4.2.4 Relacionamento externo.....	56
4.2.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das funções.....	58
4.1.6 Sugestões para a melhoria dos serviços (PRM).....	65
4.2.7 Feitos pendentes nos gabinetes.....	70
6 CONCLUSÃO DA COMISSÃO (art. 14, § 1º, IV, do Ato Ordinatório CMPF n.º 1/2012) – PR/PR e PRM	73



PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Correições Ordinárias da Corregedoria
Biênio 2012/2013

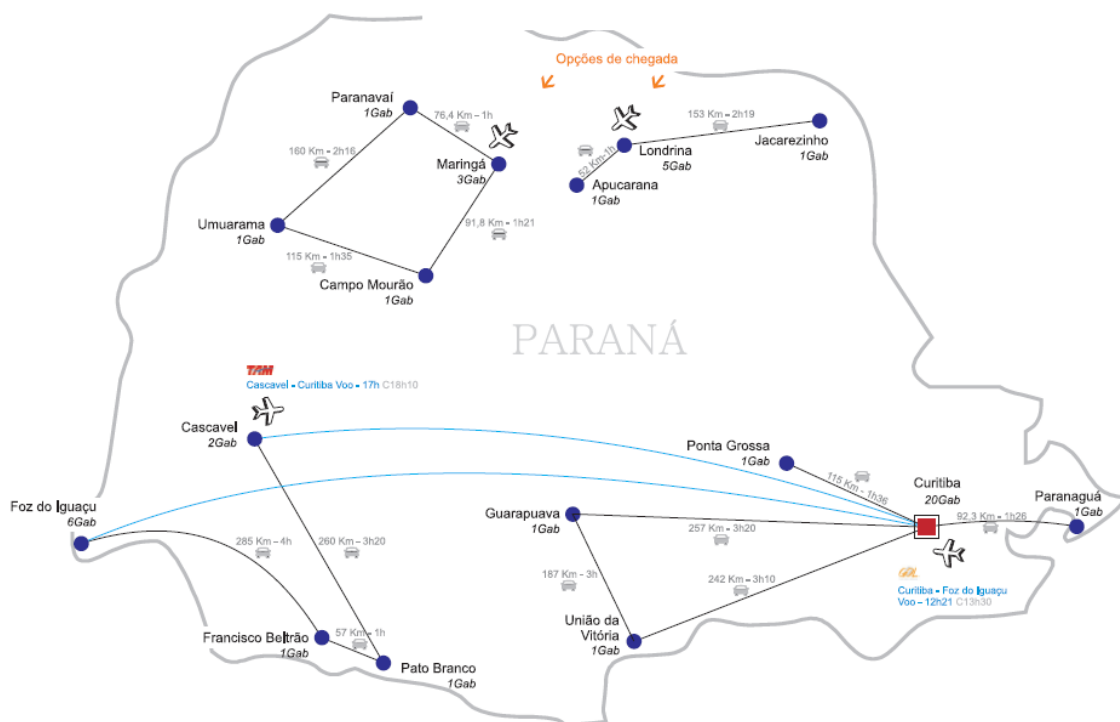
**Relatório Geral da Correição Ordinária realizada na Procuradoria da
República no Estado do Paraná e Procuradorias Municipais Vinculadas no ano de
2012**

1 INTRODUÇÃO

Período da Correição	9 de abril a 19 de abril de 2012
Unidades Correicionadas	PR-Paraná, - PRM Apucarana, - PRM Campo Mourão, - PRM Cascavel, - PRM Foz do Iguaçu, - PRM Francisco Beltrão, - PRM Guarapuava, - PRM Jacarezinho, - PRM Londrina, - PRM Maringá,

	<ul style="list-style-type: none"> - PRM Paranaguá, - PRM Paranavaí, - PRM Pato Branco, - PRM Ponta Grossa, - PRM Umuarama, e - PRM União da Vitória.
Procurador-Chefe da PR/PR	Orlando Martello Júnior
Presidente da Comissão de Correição	Oswaldo José Barbosa Silva – Subprocurador-Geral da República
Corregedores Auxiliares Designados	<p>Antônio Carlos Welter – PR/RS</p> <p>Januário Paludo - PRR/4ª Região,</p> <p>João Heliofar de Jesus Villar - PRR/4ª Região,</p> <p>Roberto Oppermann Thomé - PRR/4ª Região e</p> <p>Solange Mendes de Souza - PRR/4ª Região</p>
Secretaria dos trabalhos	Viviane Fontoura Gomide (Assessora da Unidade Descentralizada da Corregedoria na PRR4))
Número de gabinetes correicionados	44
Relator ou Comissão de Relatoria	Oswaldo José Barbosa Silva – Subprocurador-Geral da República

2 MAPA DE APOIO LOGÍSTICO



3 DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES

3.1 Composição

Unidade	Número de Membros		Número de servidores	
	Vagas	Lotação	Vagas	Lotação
Grupo: n.1				
PRM/Londrina	7	5	37	36
PRM/Maringá	3	3	27	26
Grupo: n.2				
PR/Paraná	21	18	156	156
PRM/Cascavel	4	2	28	27
PRM/Foz do Iguaçu	7	6	42	43
PRM/Ponta Grossa	2	1	16	16
PRM/Umuarama	2	2	21	20
Grupo: n.3				
PRM/Apucarana	1	1	7	7
PRM/Campo Mourão	2	1	9	9
PRM/Francisco Beltrão	2	1	11	10
PRM/Guarapuava	2	*1	11	11
PRM/Jacarezinho	1	**0	6	6
PRM/Paranaguá	2	1	11	11
PRM/Paranavaí	2	1	8	8
PRM/Pato Branco	1	1	6	6
União da Vitória	1	1	6	6

* A Procuradora da República originariamente lotada na PRM Guarapuava está com lotação provisória na PR/PR, daí porque há uma lotação na PRM-Guarapuava e três vagas a serem preenchidas na PR/PR.

** O Procurador da República foi removido provisoriamente da PRM/Jacarezinho para a PRM/São Carlos, em São Paulo.

*** Informações fornecidas pela Coordenadoria Jurídica da PR/PR.

3.2 DIVISÃO DE TRABALHO-PR/PR

PR/Paraná			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
3º	Dilton Carlos Eduardo França	Cível	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM União da Vitória.
3º	João Francisco Bezerra de Carvalho	Cível	- Coordenador de Estágio. - Recebe distribuição das matérias relativas às 1ª e 6ª CCR. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava, União da

			<p>Vitória, Umuarama e Pato Branco.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Representante da PFDC na qualidade de suplente do Subcomitê Estratégico de Tecnologia da Informação – SETI. - Corregedor Auxiliar. - Acumulação de parte dos procedimentos e processos do gabinete vago na tutela coletiva (distribuição numérica dos feitos com final 2, 5 e 8), vinculado às 1ª e 6ª CCR do MPF. - Procurador Regional dos Direitos do Cidadão substituto.
12º	Alexandre Melz Nardes	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Substituto eventual do Procurador-Chefe. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. - Membro da Subcomissão Estadual do 26º Concurso de Procurador da República.
5º	Cristiana Koliski Taguchi	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação da Penitenciária Federal de Catanduvas. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava, Toledo e Cascavel.
2º	Antônia Lélia Neves Sanches	Não há.	<ul style="list-style-type: none"> - PRDC. - Coordenadora de Núcleo Cível. - Recebe distribuição das matérias relativas às 1ª e 6ª CCR. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava e Paranaguá. - GT-SAÚDE-PFDC. - Toda e qualquer demanda atinente à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, além de saúde, índios e minorias, constitucional, somado às constantes substituições compulsórias em PRMs no Paraná, diante da falta de Procurador, tendo que atuar em feitos criminais, da tutela coletiva e de <i>custos legis</i>.
-	Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	Não há.	Procurador Regional Eleitoral Titular.
1º	Mônica Dorotéa Bora	Criminal	Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava, Foz do Iguaçu e Paranaguá.
2º	Manoel Henrique Munhoz	Cível	Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Guarapuava.
1º e 4º	Luis Sérgio Langowski	Cível	<ul style="list-style-type: none"> - Exerce função de natureza administrativa (não informou qual). - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Campo Mourão.
8º	Letícia Pohl Martello	Criminal	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição (não informou o local).

			<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Penitenciário (suplente). - Conselho Editorial do Boletim dos Procuradores da República. - Conselho Editorial da Revista Eletrônica da ANPR. - Até 14 de fevereiro de 2012 exerceu a função de Coordenadora da Execução Penal de Catanduvas.
4º	João Vicente Beraldo Romão	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Procurador-chefe substituto. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Campo Mourão, Cascavel e Guarapuava. - Durante o período de 15/08/2011 a 14/02/2012 foi o responsável, na qualidade de coordenador substituto, pelas inspeções mensais realizadas na Penitenciária Federal de Catanduvas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011 e janeiro de 2012.
1º	Elizabeth Gumiel de Toledo	Cível	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe a distribuição cível “custos legis”.
9º e 1/3 do 11º	Elena Urbanavicius Marques	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - PRE substituto. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Paranaguá, Campo Mourão e Ponta Grossa. - Comissão do Concurso de Procurador da República. - Atua em Grupo de Controle Externo da Atividade Policial desde fevereiro/2012.
-	Orlando Martello Jr.	Cível e Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Procurador-Chefe. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava e Campo Mourão. - Corregedor Auxiliar.
7º	Paula Cristina Conti Thá	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Forma dupla com o 8º Ofício, Dra. Letícia Pohl Martello, substituindo-a em férias e licenças. Também substituiu em Maringá em dezembro de 2011 (lista estadual).
10º	Deltan Martinazzo Dallagnol	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenador Substituto. - Recebe distribuição em decorrência de itinerâncias esporádicas, em especial para Guarapuava, em relação à qual há revezamento dos Procuradores da capital. - Participa do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial do Estado do Paraná (em desligamento), e em tarefa pendente no Grupo de Trabalho em Controle Externo (já desligado, mas com pendências). - Tem encargo de visita a presídio, em revezamento com os demais colegas.
2º	João Gualberto Garcez Ramos	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenador de Núcleo Criminal. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava e Cascavel.
3º	Renita Cunha Kravetz	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> Recebe distribuição em decorrência de

			itinerância/substituição nas PRMs Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e União da Vitória.
6º e 11º	Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	Criminal	- Coordenadora Substituta da PFCAT. - Atua em substituição, alternadamente, com os colegas que compõem o 3º Grupo , Alexandre Melz Nardes e Elena Urbanavicius Marques, tendo em vista que o ofício está vago. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Cascavel.

3.2.1 Sistemática de Distribuição PR/PR

a) Área Criminal

As representações e outros expedientes administrativos são cadastrados nesta Procuradoria da República, na Seção de Comunicação Administrativa, recebendo uma etiqueta do Sistema Único, contendo o dia e da hora do recebimento.

Posteriormente, esses documentos são encaminhados à Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal para uma triagem perfunctória e, sendo o caso, para autuação e distribuição. Essa é realizada periodicamente, obedecida a ordem de chegada dos documentos, salvo em caso de urgência, conforme entendimento dos procuradores, situação em que há autuação e distribuição imediatas.

Autuados no Único como Peças de Informação Criminal – procedimentos administrativos – o sorteio entre os ofícios criminais se dá aleatória e proporcionalmente, mediante utilização de sistema computacional denominado “Aleator”.

Na hipótese de conexão com procedimento já distribuído, é realizada a distribuição por dependência, ou seja, não há distribuição aleatória.

Não haverá autuação e distribuição em caso de carência de atribuição, ou ainda, caso não seja possível subsumir a conduta narrada a qualquer tipo penal. Nestas hipóteses, os documentos são encaminhados, juntamente com minuta de despacho ou eventual promoção ministerial elaboradas pela Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal, à análise do Coordenação Criminal, que determina as providências cabíveis.

Os autos judiciais e os inquéritos policiais, por sua vez, são distribuídos aleatória e proporcionalmente entre todos os ofícios criminais por ferramenta do próprio Sistema Único, salvo no caso de prevenção, caso em que são distribuídos ao ofício a eles vinculado.

b) Área Cível

Na área de atuação da Tutela Coletiva, a distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e processos judiciais é feita por matéria/câmara. Nas Câmaras em que os Procuradores dividem a atribuição, a distribuição é feita pelo critério numérico (último número antes do dígito verificador).

Na área de atuação do *custos legis*, a distribuição é feita pelo critério numérico, conforme a terminação do número do processo:

PROCESSOS COM FINAIS:	OFÍCIO CÍVEL
00 a 33	1º
34 a 66	2º
67 a 99	3º

Na área de atuação eleitoral, todos os autos judiciais e extrajudiciais são distribuídos para a Procuradora Regional Eleitoral.

3.3 DIVISÃO DO TRABALHO - PRM/Apucarana

Divisão do trabalho PRM/Apucarana			
Ofício n.	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Marcelo de Souza	Não há especialização	- Coordenador administrativo da unidade. - Recebe distribuição das matérias relativas às 1ª a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. - Recebe distribuição em casos de impedimentos de colegas das PRMs Jacarezinho, Ponta Grossa e Paranaguá. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/distribuição da PRM Paranavaí.

3.3.1 Sistemática de Distribuição PRM/Apucarana:

Todas as representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais são distribuídas ao membro, único lotado na unidade.

3.4 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/CAMPO MOURÃO

Divisão do trabalho - PRM/Campo Mourão			
Ofício n.	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira	Não há especialização	- Coordenador administrativo da unidade. - Participa do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial do Paraná. - Tem encargo de visita a presídio, mas especificadamente à carceragem da DPF Maringá, a qual em alguma medida encontra-se também sob a responsabilidade da PRM/Campo Mourão.

3.4.1 Sistemática de Distribuição PRM/Campo Mourão:

Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele. Em caso de férias, afastamento ou licença ocorre a chegada de Procuradores da República itinerantes, normalmente no dia em que são feitas audiências, sendo esses responsáveis pelos feitos da semana. Os procedimentos administrativos e inquéritos policiais permanecem com suas atribuições naturais.

3.5 DIVISÃO DO TRABALHO - PRM/CASCADEL

Divisão do trabalho PRM/Cascavel			
Ofício n.	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
1º	Carlos Henrique Macedo Bara	Não há especialização. ”	- Coordenador administrativo da unidade. - Tem encargo de visita a presídio. - Participa do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial.
2º	Monique Checker de Souza	Não há especialização.	- Coordenadora administrativa substituta da unidade. - Participa do GT-GCeap (controle externo) e GT-Recursos Repetitivos.

			- Participou do Grupo que elaborou o projeto da Lei de Ofícios. - Tem encargo de visita a presidio.
--	--	--	--

3.5.1 Sistemática de Distribuição PRM/Cascavel:

A sistemática de distribuição dos feitos extrajudiciais é feita automaticamente pelo Sistema Único. Dos feitos judiciais a distribuição automatizada está sendo implementada (Previsão para segunda quinzena de abril de 2012). No caso de férias, afastamento ou licença superiores a quinze dias, são obrigatoriamente designados Procuradores da República substitutos para, a cada semana, trabalharem nos processos e procedimentos do Gabinete. Em períodos inferiores, faz-se o pedido de substituição voluntária.

3.6 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/FOZ DO IGUAÇU

Divisão do trabalho PRM/Foz do Iguaçu			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
1º	Alexandre Halfen da Porciúncula	Não há especialização	- Coordenador administrativo da unidade. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Cascavel.
2º	Alexandre Collares Barbosa	Não há especialização	- Coordenador administrativo substituto. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Francisco Beltrão.
3º	Fernando Amorim Lavieri	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Guarapuava (uma vez, três dias), Toledo (uma vez, um dia) e Cascavel (duas vezes, três dias cada).
4º	Oswaldo dos Santos Heitor Júnior	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Cascavel e Francisco Beltrão.
5º	Andréia Pistono Vitalino	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Cascavel, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Guaíra/Umuarama.
6º	Rhayssa Castro Sanches Rodrigues	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Cascavel e Guaíra.

3.6.1 Sistemática de Distribuição PRM/Foz do Iguaçu

A distribuição ocorre de acordo com as regras estabelecidas nas Portarias ADM.PRM/FI/PR nº 01/2011 e ADM.PRM/FI/PR nº 07/2012 (anexas). No caso de férias, afastamento ou licença há paralisação dos feitos. Não há posterior compensação na distribuição futura.

3.7 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/FRANCISCO BELTRÃO

Divisão do trabalho PRM/Francisco Beltrão			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Marcelo Godoy	Não há especialização	- Coordenador administrativo da unidade. - Recebe distribuição em decorrência de

			itinerância/substituição nas PRMs Pato Branco (7/12/2011), Cascavel (23/3/2012) e Campo Mourão (nesta PRM houve designação para atuação conjunta em processos tendo em vista afastamento prolongado da colega que lá atua – Portarias da PGR nº 586 e 589 de 2011, DOU, Seção 2, 27/10/2011). - Atua no Grupo de Controle Externo da Atividade Policial.
--	--	--	---

3.7.1 Sistemática de Distribuição PRM/Francisco Beltrão

Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele. No caso de férias, afastamento ou licença, há paralisação dos feitos, por tratar-se de PRM de Procurador único. Só há itinerância, em regra, nos casos em que houver audiência judicial de participação obrigatória do MPF, caso em que é designado substituto para audiências e também para despachar certo período.

3.8 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/GUARAPUAVA

Divisão do trabalho PRM/Guarapuava			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Não há Procurador da República lotado na PRM.	-	-

3.8.1 Sistemática de Distribuição PRM/Guarapuava

Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele.

3.9 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/JACAREZINHO

Divisão do trabalho PRM/Jacarezinho			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Gustavo de Carvalho Guadanhin	Não há especialização.	- Coordenador administrativo da unidade. - itinerante fixo na unidade há mais de 3 anos – a cada quinze dias por no máximo três dias. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Apucarana, Ponta Grossa e Paranaguá, devido a não homologação de arquivamentos cíveis e criminais. - Participa do GT-Águas - 4ª CCR.

3.9.1 Sistemática de Distribuição PRM/Jacarezinho

Em razão de existir apenas um ofício nesta PRM, a distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais é efetuada para esse único ofício. No caso de férias, afastamento ou licença, não há distribuição. Abre-se designação para audiências, prazos judiciais vencidos, plantão e casos urgentes de tutela coletiva.

3.10 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/LONDRINA

Divisão do trabalho PRM/Londrina			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
1º	João Akira Omoto	Cível	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenador administrativo da PRM Londrina. - Recebe distribuição das matérias relativas às 1ª, 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão. - Recebe distribuição da Procuradoria dos Direitos do Cidadão. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Apucarana e Maringá. - Participa como coordenador do GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos (4ª CCR). - Participa como membro do GT Rio + 20 (4ª CCR). - Participa como membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH de “GT Atingidos por Barragens”, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH. - Participa como membro do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO, vinculado à Marinha do Brasil. - Membro da Diretoria da ABRAMPA – Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente.
2º	Luiz Antônio Ximenes Cibin	Cível	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe distribuição das matérias relativas às 3ª e 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Paranavaí, Jacarezinho, Campo Mourão, Umuarama e na PR Curitiba. - Participa do GT ONG's da 5ª CCR.
3º	Cíntia Maria de Andrade	Cível e Criminal	Não possui.
4º	Danielle Dias Curvelo	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Exerce a função de Coordenadora Administrativa substituta. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Jacarezinho e Maringá. - Atua no Grupo de Controle Externo da Atividade Policial. - Possui atribuição em relação ao equivalente a 1/3 dos feitos criminais em tramitação na PRM e para funcionar como <i>custos legis</i> exclusiva perante o 2º Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Londrina/PR.
5º	José Mauro Luizão	Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe a distribuição de Juizado Especial Cível. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Campo Mourão.

3.10.1 Sistemática de Distribuição PRM/Londrina

A distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais segue a Resolução nº 01/2010, de 17/05/2010 (anexa). No caso de férias, afastamento ou licença, as demandas que já haviam sido distribuídas ao procurador afastado não são redistribuídas. As novas demandas que entram na Procuradoria pertencentes ao ofício do procurador afastado são distribuídas a procuradores substitutos. Em caso de redistribuição, não há posterior compensação na distribuição futura.

3.11 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/MARINGÁ

Divisão do trabalho PRM/Maringá			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
1º	Natalício Claro da Silva	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Paranavaí e Cascavel.
2º	Carlos Alberto Sztoltz	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Campo Mourão.
3º	Eloísa Elena Machadi	Não há especialização	- Coordenadora administrativa da unidade - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Paranavaí e Guaíra.

3.11.1 Sistemática de Distribuição PRM/Maringá

A PRM Maringá disciplina a distribuição dos feitos judiciais, inquéritos policiais, feitos administrativos e documentos, conforme regras previstas na Portaria nº 02, de 24 de agosto de 2011 (anexa). Registre-se que a partir de abril de 2012 a distribuição de feitos judiciais também será automática, considerando implantação da referida rotina na Procuradoria da República no Paraná e municípios. No período de férias/afastamentos a distribuição dos feitos administrativos/judiciais e inquéritos é mantida para o ofício do Procurador da República ausente. A assessoria do Procurador da República realiza as providências necessárias e cadastra as manifestações para o Procurador da República que efetivamente realizou a atividade durante as férias/afastamento do titular, mediante a adoção dos critérios de distribuição previstos na Portaria nº 02, de 24/08/2011 (cópia em anexo). Somente há redistribuição de feitos administrativos/judiciais urgentes ou com prazos vencidos.

3.12 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PARANAGUÁ

Divisão do trabalho PRM/Paranaguá			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Alessandro José Fernandes de Oliveira	Não há especialização	- Coordenador administrativo da unidade. - Recebe distribuição de outra unidade decorrente de designações compulsórias, em caso de atuação em outras Procuradorias, segundo critérios de distribuição estabelecidos pelo Colégio de Procuradores do Estado. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Foz do Iguaçu. - Participa do GT Reforma Agrária (PFDC). - Participa do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (conselheiro), Gabinete de Gestão Integrada –

			GGI do Município de Paranaguá (membro efetivo). - Tem encargo de visita a presídio. - Delegado Titular da ANPR no Estado do Paraná.
--	--	--	---

3.12.1 Sistemática de Distribuição PRM/Paranaguá

Em razão de existir apenas um ofício nesta PRM, a distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais é efetuada para esse único ofício. No caso de férias, afastamento ou licença, é aberta possibilidade de substituição voluntária, contudo, por algum motivo, raramente são preenchidos; nesta hipótese ocorre designação compulsória para audiências e processos urgentes, resultando no acúmulo no período dos processo de distribuição ordinária aguardando retorno das férias do Procurador.

3.13 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PARANAVAÍ

Divisão do trabalho PRM/Paranavaí			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Gustavo de Carvalho Guadanhim	Não há especialização	- Coordenador administrativo da unidade. - Recebe distribuição das PRMs Campo Mourão e Umuarama, devido à não homologação de arquivamentos cíveis e criminais, bem como da PRM de Jacarezinho em virtude da Portaria PCR/PR nº 176, de 25/03/2009. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Jacarezinho. - Participa do GT-Águas – 4ª CCR

3.13.1 Sistemática de Distribuição PRM/Paranavaí

Em razão de existir apenas um ofício nesta PRM, a distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais é efetuada para esse único ofício. No caso de férias, afastamento ou licença, não há redistribuição, abre-se designação para audiências, prazos judiciais vincendos, plantão e casos urgentes da tutela coletiva.

3.14 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PATO BRANCO

Divisão do trabalho PRM/Pato Branco			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Rui Maurício Ribas Rucinski	Não há especialização	- Coordenador Administrativo da unidade. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Francisco Beltrão e Cascavel.

3.14.1 Sistemática de Distribuição PRM/Pato Branco

Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele. No caso de férias, afastamento ou licença, havendo necessidade, para continuidade do serviço, o Procurador-Chefe designa membros de outras unidades para substituir por período certo.

3.15 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/PONTA GROSSA

Divisão do trabalho PRM/Ponta Grossa			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Oswaldo Soweck Júnior	Não há especialização.	- Coordenador Administrativo da unidade. - Recebe distribuição das matérias relativas às 1ª a 6ª de Câmara de Coordenação e Revisão. - Recebe distribuição de outra unidade somente nos casos de designação do Procurador-chefe, em razão de suspeição/impedimento de outros membros e de não homologação de arquivamento. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na PRM Guarapuava.

3.15.1 Sistemática de Distribuição PRM/Ponta Grossa

Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele. No caso de férias, afastamento ou licença, há designação de procurador substituto.

3.16 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/UMUARAMA

Divisão do trabalho PRM/Umuarama			
Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Luís Wanderley Gazoto	Não há especialização.	Não possui.
-	Robson Martins	Não há especialização.	- Coordenador Administrativo da unidade. - Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição na Vara Federal de Guáira. - Tem encargo de visita a presídio.

3.16.1 Sistemática de Distribuição PRM/Umuarama

Os processos judiciais cíveis e criminais são divididos de acordo com a Vara Federal perante a qual tramitam, sendo incumbência do Procurador da República Dr. Robson Martins atuar em tais feitos oriundos da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Umuarama/PR e Vara Federal da Subseção Judiciária de Guáira/PR, remanescendo ao Procurador da República Dr. Luís Wanderley Gazoto os feitos em trâmite perante a 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal, ambas da Subseção Judiciária de Umuarama/PR. No que tange às representações, inquéritos policiais e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, a distribuição entre os Procuradores da República ocorre em conformidade com a classificação do número sequencial constante no registro, os ímpares são atribuídos ao Dr. Luís Wanderley Gazoto e os pares ao Dr. Robson Martins. No caso de férias, afastamento ou licença, não há retenção dos feitos, os processos são redistribuídos ao colega, desde que haja possibilidade de preclusão ou outro problema.

3.17 DIVISÃO DO TRABALHO – PRM/UNIÃO DA VITÓRIA

3.4 Divisão do trabalho PRM/União da Vitória

Ofício	Procurador (a)	Especialização	Atribuições acumuladas
-	Eduardo Alves Fonte	Não há especialização	- Recebe distribuição em decorrência de itinerância/substituição nas PRMs Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão e Guarapuava.

3.17.1 Sistemática de Distribuição PRM/União da Vitória:

Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele.

4 DIAGNÓSTICO INDIVIDUALIZADO DOS GABINETES

4.1 Consolidação dos dados dos Relatórios Individuais: PR/PR

4.1.1 Dados Preliminares	
1) Residência na sede	Todos os membros declararam residir na sede
2) Acompanhamento da correição	15 membros acompanharam a correição 3 membros não acompanharam a correição: - Elizabeth Gumiel de Toledo (férias). - Deltan Martinazzo Dallagnol (férias). - Dilton Carlos Eduardo França (licença-prêmio).
3) Exercício da advocacia (Resolução n. 16/07)	18 membros declararam não exercer a advocacia 1 membro declarou exercer a advocacia - Dilton Carlos Eduardo França
4) Participação em sociedade comercial ou em organização não governamental	Todos os membros declararam não participar de sociedade comercial ou em organização não governamental
5) Exercício do magistério	17 membros declararam não exercer o magistério 2 membros declararam exercer o magistério - João Gualberto Garcez Ramos, na sede - Luís Sérgio Langowski – exerce na sede.
6) Preenchimento semestral do formulário on-line sobre o exercício do magistério	15 membros declararam preencher semestralmente o formulário on-line 4 membros declararam não preencher semestralmente o formulário: - Deltan Martinazzo Dallagnol - Elizabeth Gumiel de Toledo - Manoel Henrique Munhoz - Paula Cristina Conti Thá (informou que não recorda).
7) Assiduidade	Todos os membros declararam assiduidade diária à PR
8) Apontamento das características sociais, econômicas, ambientais, populacionais etc da região, que geram maior demanda de trabalho	- Deltan Martinazzo Dallagnol: caso Banestado, da Força Tarefa CC5, tem muitos frutos até hoje. Segundo a PRR4, os casos mais complexos (em quantidade e complexidade) vêm ainda do Paraná. - João Gualberto Garcez Ramos: o Estado do Paraná em geral é impactado pela situação da fronteira com o Paraguai. As mercadorias que ingressam no Brasil, vindas desse país, causam problemas que se refletem nos órgãos

federais vinculados à Justiça.

- **Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada:** grande número de empresas, gerando feitos no âmbito na área crime (tributário/financeiro); Subseção de Curitiba 2ª e 3ª Vara Federais Criminais, especializadas em Crimes contra o Sistema Financeiro, atrai todos os feitos relacionados, inclusive das varas localizadas no interior do Estado; tráfico de drogas – rota de tráfico; problemas ambientais, lavras irregulares; apreensões da RF e PRF por descaminho e contrabando, em face da fronteira Brasil/Paraguai, segurança pública inexistente, aumento população carente, entre outros.

- **Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos:** processos eleitorais de captação de votos, abuso de poder econômico e de autoridade e de crimes eleitorais.

- **Alexandre Melz Nardes:** trata-se da capital do estado do Paraná, com grande concentração populacional (aprox. dois milhões de habitantes), havendo grande volume de casos penais, especialmente de alta complexidade, relacionados ao sistema financeiro nacional e lavagem de ativos, tratados em duas Varas Federais Criminais especializadas.

- **Antônia Lélia Neves Sanches:** medicamentos especiais – SUS, Agendamento das consultas médicas – SUS, antecipação de perícia médica, acessibilidade, improbidade administrativa, FIES, vagas em creches públicas, FUNPEN, questões indígenas e de minorias.

- **Elena Urbanavicius Marques:** existência de Vara especializada, grande população nas regiões metropolitanas da capital, ser rota de contrabando/descaminho.

- **João Francisco Bezerra de Carvalho:** há um ano atuando na área da 5ª CCR do MPF, os diversos convênios firmados com prefeituras envolvendo verbas federais, a localização dos principais órgãos federais na capital que demandam fiscalização e geram notícias pelo TCU (SECEX/PR) e CGU, envolvendo recursos públicos e eventuais apenações de servidores pela prática de atos de improbidade, bem como as obras da copa (ainda que sem verbas federais diretas), são as principais fontes de demanda do trabalho.

- **Letícia Pohl Martello:** como características excepcionais (excluídas, portanto, a questão populacional, o PIB, a quantidade de delegados, etc), Curitiba conta com duas Varas Federais Especializadas em Crimes de Lavagem de Dinheiro e contra o Sistema Financeiro Nacional. Diante disso, recebe todos os processos do interior que envolvam tais crimes, inclusive das regiões de fronteira, como Foz do Iguaçu. Ainda hoje a 2ª Vara Federal Criminal tem inúmeros feitos complexos decorrentes da chamada Força Tarefa CC5 (caso Banestado). Além disso, desde 2006 o estado do Paraná abriga a Penitenciária Federal de Catanduvas, sendo que, por razões de segurança, a Vara de Execuções Penais de Catanduvas foi estabelecida em Curitiba. Os Procuradores da República em Curitiba atuantes na área criminal são os responsáveis pelas manifestações nas execuções penais dos presos em Catanduvas e nos incidentes de transferência. O Procurador Coordenador da Execução Penal de Catanduvas também é responsável por questões administrativas, bem como se manifesta em outros incidentes de difícil solução ocasionados pela instalação de tal Penitenciária.

- **Luis Sérgio Langowski:** aumento acelerado da população nos últimos anos e também o incremento de renda fazendo que mais pessoas tenham acesso a serviços públicos (telefonia, energia elétrica, correios, etc) ou de atividades reguladas (plano de saúde, atividade bancária) gerando demanda para a área de proteção do consumidor e eventualmente também em relação a questões relacionadas ao direito econômico.

	<ul style="list-style-type: none"> - Mônica Dorotéa Bora: grandes empresas com repercussão em crimes de lavagem de dinheiro e contra o Sistema Financeiro Nacional. - Orlando Martello Jr: a chefia não recebe distribuição de feitos judiciais ou extrajudiciais. De qualquer modo, por haver especialização em crime contra o SFN na capital, grande parte do trabalho decorre desse fato. - Paula Cristina Conti Thá: atuou junto à Vara Federal Criminal Especializada em crimes financeiros e de lavagem de dinheiro, com jurisdição sobre o Estado do Paraná.
--	---

4.1.2 Condições de trabalho

1) Instalações físicas da Unidade – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:	O prédio da PR Paraná atende, em grande parte, às expectativas dos membros. Foram feitas reclamações em relação à segurança do prédio, a inexistência de estacionamento e à ausência de janelas nas salas da assessoria e secretaria dos Procuradores da República.
2) Instalações do gabinete (espaço, aeração, luz, mobiliário e equipamentos) – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:	De acordo com o Corregedor Auxiliar Oswaldo José Barbosa Silva, as instalações dos gabinetes do Procurador Regional da República Dilton Carlos Eduardo França e dos Procuradores da República Manoel Henrique Munhoz e Luís Sérgio Langowski são apropriadas, ressaltando que, infelizmente, embora confortáveis, as salas de secretaria e assessoria não contam com janelas.
3) Número de servidores:	<p>6 membros consideram suficiente</p> <p>12 membros consideram insuficiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cristiana Koliski Taguchi, - Renita Cunha Kravetz, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - Alexandre Melz Nardes, - Antônia Lélia Neves Sanches, - Elena Urbanavicius Marques, - Elisabeth Gumiel de Toledo, - João Vicente Beraldo Romão, - Letícia Pohl Martello, - Luis Sérgio Langowski, - Mônica Dorotéa Bora, - Orlando Martello Jr. <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manoel Henrique Munhoz
4) Quantidade e qualidade de equipamentos de informática:	<p>17 membros consideram suficiente</p> <p>2 membros consideram insuficiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - João Gualberto Garcez Ramos, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada.
5) Qualidade dos meios e sistemas de comunicação:	<p>15 membros consideram suficiente</p> <p>4 membros consideram insuficiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dilton Carlos Eduardo França, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada: acesso à internet excessivamente instável.

	<ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques, - Letícia Pohl Martello.
6) Qualidade do serviço da biblioteca:	<p>18 membros consideram suficiente 1 membro considerou insuficiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adriana Aparecida Storz Mathias dos Santos: muitos títulos disponíveis atualizados e a atualização de legislação/doutrina é muito demorada, não acompanhando a intensa modificação legislativa na Justiça Eleitoral.
7) Transporte para o exercício das funções:	<p>17 membros consideram suficiente 2 membros consideram insuficiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - João Gualberto Garcez Ramos, - Elena Urbanavicius Marques.
8) Procedimentos para segurança dos membros:	<p style="text-align: center;">RECURSOS HUMANOS</p> <p>15 membros consideram suficientes 3 membros consideram insuficientes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - Elena Urbanavicius Marques, - Orlando Martello Jr <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paula Cristina Conti Thá <p style="text-align: center;">MATERIAL</p> <p>13 membros consideram suficiente 6 membros consideram insuficiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deltan Martinazzo Dallagnol, - Renita Cunha Kravetz, - Elena Urbanavicius Marques, - Mônica Dorotéa Bora, - Orlando Martello Jr., - Paula Cristina Conti Thá. <p style="text-align: center;">ÁREAS E INSTALAÇÕES</p> <p>11 membros consideram suficientes 8 membros consideram insuficientes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cristiana Koliski Taguchi, - Deltan Martinazzo Dallagnol, - Antônia Lélia Neves Sanches, - Elena Urbanavicius Marques, - João Francisco Bezerra de Carvalho, - Letícia Pohl Martello, - Mônica Dorotéa Bora, - Paula Cristina Conti Thá. <p style="text-align: center;">SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</p> <p>13 membros consideram suficiente 6 membros consideram insuficiente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deltan Martinazzo Dallagnol, - Renita Cunha Kravetz, - Antônia Lélia Neves Sanches, - Letícia Pohl Martello, - Orlando Martello Jr., - Paula Cristina Conti Thá.

4.1.3 Organização do gabinete

1) Há controle dos prazos dos procedimentos extrajudiciais?	16 membros responderam sim 2 membros responderam não se aplica - Elisabeth Gumiel de Toledo - custos legis - Manoel Henrique Munhoz – custos legis 1 membro não respondeu: - Dilton Carlos Eduardo França
2) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de PIC?	12 membros responderam que há comunicação 1 membro respondeu que não há comunicação: - Antônia Lélia Neves Sanches: não é de atribuição da PRDC a instauração e prorrogação de prazo de PIC. 5 membros responderam que não se aplica: - João Gualberto Garcez Ramos, - Elisabeth Gumiel de Toledo - João Francisco Bezerra de Carvalho, - Manoel Henrique Munhoz, - Orlando Martello Jr. 1 membro não respondeu: - Dilton Carlos Eduardo França
3) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de ICP?	5 membros responderam sim 11 membros responderam que não se aplica: - Deltan Martinazzo Dallagnol, - João Gualberto Garcez Ramos, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos, - Elena Urbanavicius Marques, - Elisabeth Gumiel de Toledo, - João Vicente Beraldo Romão, - Letícia Pohl Martello, - Manoel Henrique Munhoz, - Orlando Martello Jr., - Paula Cristina Conti Thá 3 membros não responderam: - Dilton Carlos Eduardo França - Mônica Dorotéia Bora
4) As promoções de arquivamento de autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?	6 membros responderam sim 10 membros responderam não: - Cristiana Koliski Taguchi: são encaminhadas à Justiça Federal - Deltan Martinazzo Dallagnol: na maior parte das vezes são encaminhadas ao Juízo. - João Gualberto Garcez Ramos, - Renita Cunha Kravetz, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos: são arquivados judicialmente perante o TRE/PR. - Alexandre Melz Nardes,

	<ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques, - João Vicente Beraldo Romão - Letícia Pohl Martello: são submetidas ao judiciário. <p>2 membros responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo - custos legis, - Orlando Martello Jr <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dilton Carlos Eduardo França
5) As promoções de declinação de atribuições em autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?	<p>9 membros responderam sim</p> <p>7 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cristiana Koliski Taguchi: são encaminhadas à Justiça Federal - Deltan Martinazzo Dallagnol: na maior parte das vezes são encaminhadas ao Juízo. - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos, - Elena Urbanavicius Marques, - João Vicente Beraldo Romão, - Paula Cristina Conti Thá. <p>2 membros responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo - custos legis, - Orlando Martello Jr. <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dilton Carlos Eduardo França
6) Nos casos de declinação de atribuições, são encaminhados os autos originais às CCR e à PFDC?	<p>11 membros responderam sim</p> <p>3 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cristiana Koliski Taguchi - João Vicente Beraldo Romão, - Manoel Henrique Munhoz, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos. <p>2 membros responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo - custos legis, - Orlando Martello Jr. <p>2 membros responderam que não mandam para a 3ª Câmara:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Luís Sérgio Langowski, - Cristiana Koliski Taguchi. <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dilton Carlos Eduardo França - Paula Cristina Conti Thá
7) Há controle de prazos de inquéritos policiais por meio do Sistema Único?	<p>7 membros responderam sim</p> <p>6 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alexandre Melz Nardes: o controle era feito através de registros da Coordenação Jurídica, que informava o Procurador via e-mail. A partir da implementação do Sistema Único, há a alimentação do sistema com os prazos de dilação nos inquéritos policiais. Dentre as várias outras rotinas de trabalho da assessoria atualmente sob implantação no gabinete, inclui-se o controle periódico, via sistema Único, do respeito, pela autoridade policial, dos prazos concedidos nos inquéritos policiais. - Antonia Lélia Neves Sanches: as atribuições não contemplam tal controle. - Deltan Martinazzo Dallagnol: já pedi várias vezes por esse controle, em e-mails, mas a Secretária ainda não recebeu treinamento para efetuar-lo, provavelmente em razão de outras prioridades da coordenação jurídica.

	<ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques: o sistema é falho e não permite acompanhamento eficiente dos prazos. - Letícia Pohl Martello: os servidores do gabinete foram orientados para fazer, mas informaram nesta ocasião que ultimamente isso não sido feito corretamente. - Renita Cunha Kravetz: o controle é físico. <p>5 membros responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Luís Sérgio Langowski, - Manoel Henrique Munhoz, - Orlando Martello Jr., - João Francisco Bezerra de Carvalho. - Elizabeth Gumiel de Toledo: custos legis . <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dilton Carlos Eduardo França
<p>8) Há controle dos prazos prescricionais nos processos criminais por meio do Sistema Único?</p>	<p>8 membros responderam sim</p> <p>5 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Letícia Pohl Martello: os servidores do gabinete foram orientados para fazer, mas informaram nesta ocasião que ultimamente isso não tem sido feito corretamente. - Deltan Martinazzo Dallagnol: embora se insiram as informações, a Secretaria não foi treinada para operar o GCON, em razão do que até agora não aconteceu. Houve um treinamento recente que poderá mudar esse quadro. O controle é feito diretamente nos feitos. - Renita Cunha Kravetz: não, o controle é físico. - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos: não, são feitos manualmente. - Antônia Lélia Neves Sanches: atuação apenas na área cível. <p>5 membros responderam não se aplica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo - custos legis, - Luis Sérgio Langowski, - Manoel Henrique Munhoz, - Orlando Martello Jr., - João Francisco Bezerra de Carvalho. <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dilton Carlos Eduardo França
<p>9) Há controle dos prazos prescricionais nos procedimentos extrajudiciais de improbidade por meio do Sistema Único?</p>	<p>3 membros responderam sim</p> <p>15 membros responderam não se aplica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques, - Elizabeth Gumiel de Toledo - custos legis, - João Vicente Beraldo Romão, - Letícia Pohl Martello, - Manoel Henrique Munhoz, - Mônica Dorotéa Bora, - Orlando Martello Jr., - Deltan Martinazzo Dallagnol, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - Renita Cunha Kravetz, - João Gualberto Garcez Ramos, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos, - Alexandre Melz Nardes, - Cristiana Koliski Taguchi: em função da atuação exclusiva na área criminal não há, no gabinete, procedimentos desta natureza. - Paula Cristina Conti Thá

	<p>1 membro não respondeu: - Dilton Carlos Eduardo França</p>
10) Alimenta o Sistema Único com os arquivos eletrônicos relativos às suas manifestações (Res. CSMPF 104/10)?	<p>15 membros responderam sim 3 membros responderam não: - João Vicente Beraldo Romão, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos: na Justiça Eleitoral ainda não é utilizado o E-proc. - Antônia Lélia Neves Sanches</p> <p>1 membro não respondeu: - Paula Cristina Conti Thá</p>
11) É atendida a preferência legal a pessoas idosas?	<p>11 membros responderam sim 7 membros responderam não se aplica: - Elena Urbanavicius Marques, - João Vicente Beraldo Romão, - Manoel Henrique Munhoz, - Orlando Martello Jr., - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - João Gualberto Garcez Ramos, - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos.</p> <p>1 membro não respondeu - Mônica Dorotéa Bora</p>
12) Há definição de prioridades no trabalho?	<p>18 membros responderam sim 1 membro respondeu não: - João Gualberto Garcez Ramos</p>
13) Atendimento ao público	<p style="text-align: center;">ATENDIMENTO AO PÚBLICO</p> <p>14 membros responderam sim 5 membros responderam não: - Elizabeth Gumiel de Toledo, - Manoel Henrique Munhoz, - João Gualberto Garcez Ramos. - Elena Urbanavicius Marques - Luis Sérgio Langowski</p>
13.1) Há algum tipo de registro dos atendimentos?	<p style="text-align: center;">REGISTRO DE ATENDIMENTO</p> <p>7 membros responderam sim 12 membros responderam não: - Elizabeth Gumiel de Toledo, - João Vicente Beraldo Romão, - Luis Sérgio Langowski, - Manoel Henrique Munhoz, - Mônica Dorotéa Bora, - Paula Cristina Conti Thá, - Deltan Martinazzo Dallagnol, - Dilton Carlos Eduardo França, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - João Gualberto Garcez Ramos, - Alexandre Melz Nardes, - Cristiana Koliski Taguchi.</p>
13.2) Há controle estatístico pelo gabinete	<p style="text-align: center;">CONTROLE ESTATÍSTICO DE ATENDIMENTO</p> <p>5 membros responderam sim</p>

dos atendimentos ao público?	<p>14 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo, - João Vicente Beraldo Romão, - Letícia Pohl Martello, - Luis Sérgio Langowski, - Manoel Henrique Munhoz, - Mônica Dorotéa Bora, - Orlando Martello Jr., - Paula Cristina Conti Thá, - Deltan Martinazzo Dallagnol, - Dilton Carlos Eduardo França, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - João Gualberto Garcez Ramos, - Alexandre Melz Nardes, - Cristiana Koliski Taguchi.
14) Controle diferenciado quanto à guarda dos autos e documentos sigilosos	<p>12 membros responderam sim</p> <p>7 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques, - Elizabeth Gumiel de Toledo, - Luis Sérgio Langowski, - Manoel Henrique Munhoz, - Dilton Carlos Eduardo França, - João Gualberto Garcez Ramos, - João Francisco Bezerra de Carvalho.
15) Mantém documentos não autuados em gabinete?	<p>17 membros responderam não</p> <p>1 membro respondeu sim</p> <ul style="list-style-type: none"> - Antônia Lélia Neves Sanches: documentos apenas para ciência. <p>1 membro respondeu não se aplica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elisabeth Gumiel de Toledo
16) Comparece a todas as audiências/sessões para as quais foi intimado ou designado?	<p>17 membros responderam sim</p> <p>2 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo: por ordem médica. - Dilton Carlos Eduardo França: comparecimento em face da natureza da lide ou interesse público justificável.
17) Faz levantamento físico (inventário) dos autos e documentos?	<p style="text-align: center;">LEVANTAMENTO FÍSICO DOS AUTOS E DOCUMENTOS</p> <p>13 membros responderam sim</p> <p>5 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo, - Luis Sérgio Langowski, - Manoel Henrique Munhoz, - Dilton Carlos Eduardo França, - João Gualberto Garcez Ramos. <p>1 membro respondeu não se aplica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orlando Martello Jr.
17.1) Quando assumiu o ofício fez levantamento físico?	<p style="text-align: center;">LEVANTAMENTO FÍSICO AO ASSUMIR O OFÍCIO</p> <p>10 membros responderam sim</p> <p>8 membros responderam não</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo, - João Vicente Beraldo Romão, - Luis Sérgio Langowski,

	<ul style="list-style-type: none"> - Manoel Henrique Munhoz, - Dilton Carlos Eduardo França, - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, - João Gualberto Garcez Ramos, - Alexandre Melz Nardes. <p>1 membro não respondeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paula Cristina Conti Thá
<p>18) Outras informações relevantes</p>	<p>5 membros fizeram as seguintes considerações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mônica Dorotéa Bora: em geral as instalações são razoáveis, porém estão sendo realizadas obras para melhorar a segurança do prédio. Todavia, entende-se que há uma necessidade de ampliação e adequação da estrutura física, especialmente quanto às salas da assessoria e secretaria dos gabinetes (que não detêm janelas), ao condicionamento de ar central (o que impossibilita, assim, a regulagem individualizada dos ambientes) e ao estacionamento (inexistente). - João Francisco Bezerra de Carvalho: Todos os documentos necessariamente geram um número de protocolo no Único. - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos: Acrescenta-se a informação da intensa dinamicidade da Justiça Eleitoral, o que conduz a grande quantidade de feitos sob apreciação da PRE, em prazos-comumente- exíguos, fixados em horas, dois dias, três dias normalmente. Também acrescenta-se que a par da atuação judicial, há intensa atuação extrajudicial (reuniões com outros órgãos, coordenação do MPE estadual, atendimento às partes e seus advogados, promotores eleitorais, etc). - Alexandre Melz Nardes: desde setembro de 2011 compõe o Grupo 3 da área criminal da PR/PR e juntamente com o 6º e 9º Ofícios Criminais, responde pelos feitos e demandas do 11º Ofício Criminal – vago. O Grupo 3 tem adotado o procedimento de retenção de autos em gabinete em casos de afastamento, atuando os demais Procuradores do grupo em casos de prazos processuais e urgências. Os Procuradores da área criminal da PR-PR respondem pelos feitos processuais da Seção de Execução Penal de Catanduvas e pelos feitos criminais da Vara Federal Ambiental de Curitiba. - Cristiana Koliski Taguchi: São realizados, pela assessoria do gabinete, os seguintes controles: <ul style="list-style-type: none"> <u>Controle de Execuções Penais:</u> Realiza-se um controle das execuções penais em que o executado cumpre pena de prestação pecuniária e prestação de serviços comunitários, não só de sentenciados condenados em Ações Penais que tramitaram nas Varas Criminais dessa Capital, como executados que tiveram a fiscalização de suas penas transferidas para a 1ª Vara Federal Criminal por meio de Cartas Precatórias. O controle é feito junto ao EPROC e ao Sistema SISCOOPEN – Sistema de Controle da Pena, da Justiça Federal. O sistema é alimentado pelas instituições que recebem executados condenados à prestação de serviços comunitários, informando mensalmente o total de horas de pena cumpridas. Busca-se realizar o controle mensalmente, e assim viabilizar uma resposta mais rápida nos casos de descumprimento das penas de prestação de serviços comunitários. <u>Controle dos IPL's Eletrônicos:</u> - Periodicidade quinzenal; - São elaborados relatórios individuais dos Inquéritos policiais com as informações consideradas mais relevantes, referentes aos fatos,

	<p>informando o tipo penal em tese praticado, a data em que ocorreu, bem como informações sobre sua prescrição e a última providência. O acompanhamento desses IPLs é constante.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há também um relatório geral observando principalmente o controle dos prazos concedidos à Autoridade Policial para a conclusão das diligências. - Com tal controle muitos inquéritos policiais puderam receber manifestação definitiva do MPF antes mesmo de serem concluídos pela autoridade policial. - Consegue-se, inclusive, ter uma estimativa quanto aos ilícitos mais recorrentes nos inquéritos policiais vinculados ao gabinete. <p><u>Controle das Ações Penais processos eletrônicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Periodicidade Semanal; - Há controle das ações penais com relação ao seus últimos andamentos, permitindo que essas ações penais sejam sempre acompanhadas, não ficando por longos períodos sem movimentação, mesmo nos casos de suspensão na forma do art. 366 do CPP. - Iguamente é possível se antecipar para a fase de apresentação de alegações finais, pois tendo controle sobre o andamento dos processos sabe-se que com a instrução do processo já é possível produzir minutas de tais peças (alegações finais), antes dos processos serem enviados a este gabinete para tal fim
--	---

4.1.4 Relacionamento externo

1) Qualificação do relacionamento com juízes, serventuários, policiais estaduais/federais, advogados públicos e privados, defensores públicos e organizações não-governamentais.	<p>Todos os membros consideram bom</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques - Elizabeth Gumiel de Toledo - João Vicente Beraldo Romão - Letícia Pohl Martello - Luis Sérgio Langowski - Manoel Henrique Munhoz - Mônica Dorotéa Bora - Orlando Martello Jr. - Paula Cristina Conti Thá - Deltan Martinazzo Dallagnol - Dilton Carlos Eduardo França - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada - Renita Cunha Kravetz - João Gualberto Garcez Ramos: bom - João Francisco Bezerra de Carvalho - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos - Alexandre Melz Nardes - Antônia Lélia Neves Sanches - Cristiana Koliski Taguchi
2) Relacionamento com colegas e servidores.	<p>18 membros consideram bom</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elizabeth Gumiel de Toledo - João Vicente Beraldo Romão

	<ul style="list-style-type: none"> - Letícia Pohl Martello - Luis Sérgio Langowski - Manoel Henrique Munhoz - Mônica Dorotéa Bora - Orlando Martello Jr. - Paula Cristina Conti Thá - Deltan Martinazzo Dallagnol - Dilton Carlos Eduardo França - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada - Renita Cunha Kravetz - João Gualberto Garcez Ramos - João Francisco Bezerra de Carvalho - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos - Alexandre Melz Nardes - Antônia Lélia Neves Sanches - Cristiana Koliski Taguchi <p>1 membro considera regular</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elena Urbanavicius Marques
--	---

4.1.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das atribuições

<p>1) Está satisfeito(a) com a divisão temática do trabalho?</p>	<p>11 membros responderam sim</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos: no eleitoral – pela intensa quantidade de trabalho, prazos céleres e especialização da matéria – justificase a exclusividade do pre titular, em somente receber distribuição eleitoral, seja em ano de eleições ou não. - Antônia Lélia Neves Sanches - Cristiana Koliski Taguchi - Deltan Martinazzo Dallagnol - Dilton Carlos Eduardo França - João Francisco Bezerra de Carvalho: todavia, a carga de trabalho da 5ª CCR do MPF, bem como a tentativa de se criar um núcleo de combate à corrupção passa necessariamente pelo aumento do número de procuradores com atuação específica na área (hoje apenas um procurador), bem como com a criação de serviços auxiliares de investigação. - João Gualberto Garcez Ramos - João Vicente Beraldo Romão - Elisabeth Gumiel de Toledo - Manoel Henrique Munhoz - Paula Cristina Conti Thá - Renita Cunha Kravetz <p>8 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - João Vicente Beraldo Romão - Elena Urbanavicius Marques: não há rotatividade. - Letícia Pohl Martello: acredito que a área criminal esteja sobrecarregada em detrimento da área cível nesta unidade. - Luis Sérgio Langowski: a maneira como a tutela está atualmente dividida compromete a necessária especialização. No meu caso sou responsável por Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis que abordam questões relativas a meio ambiente, patrimônio histórico e artístico, consumidor,
--	--

	<p>ordem econômica, indígenas e minorias, improbidade e matéria constitucional e legal residual. Enfim, torna-se muito difícil a especialização de modo que o Procurador possa estar atento a todas as questões relacionadas a essas matérias, especialmente considerando a amplitude e a especificidade de cada uma delas.</p> <p>- Mônica Dorotéa Bora: entende-se que é necessária uma reformulação na PR-PR quanto à divisão temática e também a lotação de mais procuradores, pois há sobrecarga de trabalho na área criminal, especialmente no que diz respeito à atuação em operações.</p> <p>- Orlando Martello Jr.: estamos rediscutindo no âmbito da PR-PR a divisão dos trabalhos nos termos da Resolução 104.</p> <p>- Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada: acúmulo de ofícios 6º e 11º, em razão da inexistência de procurador designado.</p> <p>- Alexandre Melz Nardes: necessária a reestruturação da divisão temática de trabalho na PR-PR, incluindo a extinção dos ofícios de fiscal da lei.</p>
<p>2) Está satisfeito(a) com o sistema de distribuição de expedientes/procedimentos extrajudiciais e judiciais?</p>	<p>12 membros responderam sim</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos - Alexandre Melz Nardes - Cristiana Koliski Taguchi - Deltan Martinazzo Dallagnol - Dilton Carlos Eduardo França - João Francisco Bezerra de Carvalho - João Gualberto Garcez Ramos - João Vicente Beraldo Romão - Letícia Pohl Martello - Elisabeth Gumiel de Toledo - Manoel Henrique Munhoz - Renita Cunha Kravetz <p>7 membros responderam não:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada. - Elena Urbanavicius Marques: há acúmulo de ofícios, além de acúmulo com outras atribuições. Além disso, a distribuição de trabalho não é uniforme, sendo que alguns procuradores acumulam ofícios, enquanto outros não. Mudança no critério de distribuição em prejuízo de alguns e benefício dos demais. - Luis Sérgio Langowski: existe uma disparidade muito grande entre o número de Procuradores que atende a área criminal em comparação com a tutela coletiva. Atualmente são apenas três Procuradores para atender toda a tutela coletiva agravado pela constante necessidade desses Procuradores em realizar substituições em PRMs o que torna ainda mais difícil a situação, sem contar que sempre há colegas em férias ou afastamento. Além do mais a estrutura administrativa da Secretaria da Tutela está bastante deficitária o que acaba fazendo que ofícios tenham sua expedição retardada, procedimentos não tenham o andamento adequado, além de outras dificuldades que acabam prejudicando todo o andamento do trabalho. - Mônica Dorotéa Bora: remete ao item anterior. - Orlando Martello Jr.: remete ao item anterior. - Paula Cristina Conti Thá: entendo que a 2ª Vara Federal Criminal possui processos de extrema complexidade, que demandam grande envolvimento e acompanhamento do procurador. Este não é o entendimento dos procuradores dos Grupos Criminais que atuam perante a 1ª e a 3ª Varas Criminais, e por este motivo todos os grupos têm, atualmente, o mesmo

	<p>número de procuradores. Este critério foi fixado em razão da análise numérica de distribuição. Em vista disso, enquanto os procuradores dos Grupos 1 3 3 têm carga visivelmente menor de trabalho, é notório que os 4 procuradores que atuam perante a 2ª Vara estão constantemente sobrecarregados, com a sensação de que nunca vão estar em dia com os processos de seu gabinete.</p> <p>- Antônia Lélia Neves Sanches: a estrutura de distribuição dos Procuradores da República por área de atuação, atualmente em vigor na Procuradoria da República do Paraná, em Curitiba, é absolutamente errada. Em Curitiba apenas 03 (três) Procuradores da República atuam na tutela coletiva, enquanto que na área criminal são 11 (onze) Procuradores da República com dedicação exclusiva. Essa flagrante distorção existente na estrutura da unidade tem acarretado um acúmulo indevido de processos judiciais e procedimentos administrativos para os 3 Procuradores da República da tutela coletiva, em comparação com o trabalho de cada um dos membros com atribuição na área criminal. Ademais, as designações compulsórias para atender as PRMs do interior do Estado do Paraná comprometem ainda mais o fluxo dos trabalhos realizados. De outra parte, em razão do excessivo volume de trabalho, não há redistribuição dos procedimentos administrativos quando algum servidor do gabinete está de férias, o mesmo ocorrendo com os Procuradores da Tutela Coletiva. Faltam, também, servidores para fazer frente à grande quantidade de serviço na PRDC: são apenas três assessores e uma secretária. Há apenas um servidor para fazer o cadastro no sistema único de todos os processos e procedimentos em trâmite na PRDC, além de também ser o único a fazer toda a expedição dos ofícios expedidos pelo gabinete. Isto prejudica em muito o andamento dos serviços desenvolvidos e a qualidade de alimentação do sistema único. Oportuno atentar que na área criminal ocorre de forma diferente, pois há um setor específico com vários funcionários encarregados dessas atribuições. Ressalte-se que todo esse serviço realizado no âmbito da PRDC vem sendo realizado por apenas uma secretária lotada neste gabinete, sobrecarregando-a excessivamente, pois o volume de despachos a cumprir, de expedições de ofícios e de promoções de arquivamento é absolutamente desproporcional, se comparado com o quantitativo existente em outros gabinetes que possuem o mesmo número de funcionários ali lotados.</p>								
<p>3) Atos normativos que regulam a distribuição e divisão temática na Unidade, com eventuais observações (informação do Relator da Comissão de Correição).</p>	<p>Na área de atuação da Tutela Coletiva, a distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e processos judiciais é feita por matéria/câmara. Nas Câmaras em que os Procuradores dividem a atribuição, a distribuição é feita pelo critério numérico (último número antes do dígito verificador).</p> <p>Na área de atuação do custos legis, a distribuição é feita pelo critério numérico, conforme a terminação do número do processo:</p> <table border="1" data-bbox="539 1653 1476 1854"> <thead> <tr> <th>PROCESSOS COM FINAIS:</th> <th>OFÍCIO CÍVEL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>00 a 33</td> <td>1º</td> </tr> <tr> <td>34 a 66</td> <td>2º</td> </tr> <tr> <td>67 a 99</td> <td>3º</td> </tr> </tbody> </table> <p>Na área de atuação eleitoral, todos os autos judiciais e extrajudiciais são distribuídos para a Procuradora Regional Eleitoral.</p> <p>As representações e outros expedientes administrativos são cadastrados nesta Procuradoria da República, na Seção de Comunicação Administrativa, recebendo uma etiqueta do Sistema Único, contendo o dia e da hora do</p>	PROCESSOS COM FINAIS:	OFÍCIO CÍVEL	00 a 33	1º	34 a 66	2º	67 a 99	3º
PROCESSOS COM FINAIS:	OFÍCIO CÍVEL								
00 a 33	1º								
34 a 66	2º								
67 a 99	3º								

recebimento.

Posteriormente, estes documentos são encaminhados para a Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal para uma triagem perfunctória e, sendo o caso, para autuação e distribuição. Esta é realizada periodicamente, obedecida a ordem de chegada dos documentos, salvo em caso de urgência, conforme entendimento dos procuradores, situação em que há autuação e distribuição imediatas.

Autuados no Único como Peças de Informação Criminal – procedimentos administrativos – o sorteio entre os ofícios criminais se dá aleatória e proporcionalmente, mediante utilização de sistema computacional denominado “Aleator”.

Na hipótese de conexão com procedimento já distribuído, é realizada a distribuição por dependência, ou seja, não há distribuição aleatória.

Não haverá autuação e distribuição em caso de carência de atribuição, ou ainda, caso não seja possível subsumir a conduta narrada a qualquer tipo penal. Nestas hipóteses, os documentos são encaminhados, juntamente com minuta de despacho ou eventual promoção ministerial elaboradas pela Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal, à análise do Coordenação Criminal, que determina as providências cabíveis.

Os autos judiciais e os inquéritos policiais, por sua vez, são distribuídos aleatória e proporcionalmente entre todos os ofícios criminais por ferramenta do próprio Sistema Único, salvo no caso de prevenção, caso em que são distribuídos ao ofício a eles vinculado.

Analisando a Compilação de Regras da Área Criminal da Procuradoria da República no Estado do Paraná, extrai-se o que segue:

5.7.3 Da autuação, análise e elaboração de minutas

Artigo 1º. Caberá à Divisão de Acompanhamento em Atividade Criminal (DIAAC) providenciar a autuação dos DOCUMENTO cadastrados pela Seção de Comunicação Administrativa no Sistema Único como PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL e, após, proceder à distribuição, no Sistema Aleator, aos Ofícios Criminais, conforme regras estabelecidas na Resolução nº 53, de 26 de janeiro de 2011.

Parágrafo 1º. Caso a Divisão de Acompanhamento de Atividade Criminal (DIAAC) constate incorreção ou incompletude no cadastro do DOCUMENTO, o documento será devolvido à Seção de Comunicação Administrativa (SCA) para as necessárias retificações. (Portaria n.º 01/2011 da Coordenação Criminal).

Parágrafo 2º. Não será autuado como PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL:

I – o DOCUMENTO em que seja possível identificar a carência de atribuição - seja em razão da matéria, da pessoa do representado ou do local da prática da conduta -, de qualquer dos Ofícios Criminais;

II – o DOCUMENTO em que não for possível subsumir a conduta narrada a qualquer tipo penal.

Parágrafo 3º. Os DOCUMENTOS de que trata o parágrafo anterior serão encaminhados, juntamente com minuta de despacho ou eventual promoção ministerial elaboradas pela Divisão de Acompanhamento da Atividade Criminal (DIAAC), à análise do Coordenador Criminal da PR/PR que determinará as providências cabíveis.

Artigo 3º. A PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL autuada e distribuída de acordo com o caput do artigo anterior será encaminhada à Secretaria Criminal, a quem incumbirá o capeamento e numeração de folhas, registro da distribuição no Sistema Único e movimentação aos respectivos Ofícios Criminais.

Artigo 4º. O Procurador da República Oficiante poderá solicitar, mediante

	<p>anotação em etiqueta própria (ANEXO I) aposta na capa dos autos da PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL, a análise pela Secretaria Criminal.</p> <p>Parágrafo 1º. A análise pela Secretaria Criminal compreenderá a indicação das providências cabíveis em cada caso, com a elaboração de minutas de despachos, promoções, recomendações, ofícios, memorandos e demais expedientes, conforme o caso, submetendo-as à aprovação do Procurador da República oficiante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos autos, salvo nos casos de acúmulo de serviço, previamente justificado.</p> <p>Parágrafo 2º. As minutas elaboradas pela Secretaria Criminal seguirão as seguintes formatações: fonte Arial, tamanho 12, espaço 1,5 entre linhas e espaço duplo entre parágrafos, ficando sob a responsabilidade da assessoria ou secretaria do gabinete do Procurador da República Oficiante eventuais alterações de formatação.</p> <p>Parágrafo 3º. Aprovada a minuta, incumbirá à Secretaria do Gabinete do Procurador Oficiante a adoção das necessárias providências de natureza administrativa, tais como expedições, ajuizamentos e remessa de autos, bem como os respectivos registros no Sistema Único.</p> <p>Artigo 5º. Em caso de conversão da PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL em PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, a Secretaria Criminal diferenciará os autos com etiqueta contendo a inscrição “PIC” em destaque.</p> <p>Parágrafo único. Os PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS CRIMINAIS terão prioridade de análise pela Secretaria Criminal, caso assim solicite o Procurador da República Oficiante, inclusive no tocante às devidas comunicações de instauração, prorrogação e encerramento à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.</p> <p>Artigo 6º. Cabe à Secretaria Criminal, em caso de expedição de ofícios, requisições ou recomendações em PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL ou PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, o acautelamento e controle dos prazos indicados.</p> <p>Parágrafo único. A Secretaria Criminal procederá à juntada das respostas aos ofícios, requisições ou recomendações expedidos em PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL ou PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, bem como certificará o transcurso in albis dos prazos indicados, lavrando, em ambas as hipóteses, termo de conclusão ao Procurador da República Oficiante. (Portaria n.º 01/2011 da Coordenação Criminal).</p>
--	---

4.1.6 Sugestões para a melhoria dos serviços		
Elena Marques	Urbanavicius	Que os feitos fossem uniformemente distribuídos, sem acúmulo para alguns. Ademais, as peças de informação demoram quase um mês para chegarem em gabinete, após sua distribuição, impossibilitando que haja alguma providência dentro dos trinta dias preconizados.
Letícia Pohl Martello		Como dito acima, quando um procurador recebe caso envolvendo operação, deveria haver compensação na distribuição, ou outra forma de auxílio para que possa fazer frente ao grande volume de trabalho que tais operações geram, bem como aos feitos “ordinários” que certamente ficarão acumulados em gabinete após a operação. O apoio com mais assessores durante esse período também seria fundamental para a realização do serviço em tempo hábil.

Mônica Dorotéa Bora	Formular uma distribuição mais equânime entre as áreas cível e criminal.
Orlando Martello Jr.	Melhorar a estrutura dos servidores na atividade fim.
Dilton Carlos Eduardo França	Buscar a melhoria, urgente, do sinal de internet, o que vem prejudicando sobremaneira as atividades na área, a exigir, muita vez, o deslocamento para outros locais, com sinal normalizado.
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	Há necessidade de mais servidores para atuar na área fim. Núcleo jurídico com poucos servidores e alguns estagiários que não estão dando conta da demanda, necessidade de servidor para auxiliar a Coordenação da PFCAT Controle Externo.
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	Sugere-se que o Sistema Único possa gerar um relatório automático com os campos necessários ao solicitado pela Corregedoria, ou seja, sempre que houver correção, extrair-se-ia do próprio Único, relatório automático de feitos processuais e administrativos e não somente dados parciais para serem transportados ao questionário.
Antônia Lélia Neves Sanches	É imprescindível a imediata adequação do método de distribuição dos feitos no âmbito da sede da Procuradoria do Paraná, em Curitiba, de modo a alcançar real equidade nas diversas áreas de atuação, mediante a repartição isonômica do número de Procuradores da República entre as áreas da tutela coletiva e criminal. Há, também, a necessidade dos serviços administrativos da PRDC, referentes ao cumprimento de despachos, expedições de ofícios, promoções de arquivamento cadastros no sistema único passarem a ser executados pelo NUJUR-1 (cartório da tutela coletiva), cabendo à secretária da PRDC desenvolver as atividades ligadas à sua função, tais como agendamentos de reuniões, cadastro e movimentações no sistema único de processos judiciais, além dos demais atendimentos que lhe são próprios. Alternativamente, sugere-se que seja lotado mais um servidor para secretariar a PRDC.

4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes

PR/Paraná (Dados referentes ao período da correição – 09 a 19/04/12)*

MEMBROS	Peças de Informações cíveis (tutela coletiva, PRDC) e/ou criminais tramitando há mais de 30 dias	Procedimentos administrativos cíveis (tutela coletiva e PRDC) em desacordo com o art. 2º, § 6º, da Res. CNMP n.º 23/2007		Procedimentos investigatórios criminais em desacordo com o art. 12 da Res. CNMP n.º 13/2006	Inquéritos civis em desacordo com o art. 9º da Res. CNMP n.º 23/2007
		ENTRE 90 E 180 DIAS	HÁ MAIS DE 180 DIAS		
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos (PRE)	-	-	-	-	-
Alexandre Melz Nardes	-	-	-	-	-
Antônia Lélia Neves Sanches (2º Ofício TC)	-	19	14	1	7

4.1.7 Feitos pendentes nos gabinetes

PR/Paraná (Dados referentes ao período da correição – 09 a 19/04/12)*

MEMBROS	Peças de Informações cíveis (tutela coletiva, PRDC) e/ou criminais tramitando há mais de 30 dias	Procedimentos administrativos cíveis (tutela coletiva e PRDC) em desacordo com o art. 2º, § 6º, da Res. CNMP n.º 23/2007		Procedimentos investigatórios criminais em desacordo com o art. 12 da Res. CNMP n.º 13/2006	Inquéritos civis em desacordo com o art. 9º da Res. CNMP n.º 23/2007
Cristiana Koliski Taguchi	5	-	-	-	-
Deltan Martinazzo Dallagnol	-	-	-	-	-
Dilton Carlos Eduardo Franca (3º Ofício Cível)	-	-	-	-	-
Elena Urbanavicius Marques	1	-	-	12	-
Elizabeth Gumiel de Toledo (1º Ofício Cível)	-	-	-	-	-
João Francisco Bezerra de Carvalho	-	8	4	-	28
João Gualberto Garcez Ramos	-	-	1	-	-
João Vicente Baraldo Romão (4º Ofício Criminal)	-	-	-	-	-
Leticia Pohl Martello	8	-	-	1	-
Luis Sérgio Langowski	3	-	-	-	-
Manoel Henrique Munhoz (2º Ofício Cível)	-	-	-	-	-
Mônica Dorotea Bora	3	-	-	1	-
Orlando Martello	-	-	-	-	-
Paula Cristina Conti Thá	15	-	-	-	-
Renita Cunha Kravetz	6	-	-	-	-
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	28	-	-	-	-
11º Ofício Criminal (vago)	35	-	-	8	-

* Informações extraídas dos questionários preenchidos pelos correicionados e últimos relatórios encaminhados pelos gabinetes e/ou pela Coordenadoria Jurídica. Nos casos em que não foram encaminhados os relatórios atualizados pelos gabinetes, a consulta foi feita pelo relatório geral, encaminhado pela Coordenadoria Jurídica.

4.2 Consolidação dos dados das PRM

4.2.1 Dados preliminares

1) Residência na sede*	<p>24 membros declararam residir na sede 3 membros declararam não residir na sede: <u>PRM/Apucarana</u> - Dr. Marcelo de Souza: Processo PGR nº 1.00.000.012945/2008-84. <u>PRM/Paranaguá</u> - Dr. Alessandro José Fernandes de Oliveira – Portaria da PGR, nº 30, de 31 de janeiro de 2012. <u>PRM/Jacarezinho**</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin (Portaria PRC/PR nº 176, de 25/3/2009).</p>
2) Acompanhamento da correição	<p>26 membros acompanharam a correição (Apesar de estar lotada na PR/PR a Dra. Mônica Dorotéa Bora acompanhou a correição na PRM/Guarapuava) 2 membros não acompanharam a correição <u>PRM/Londrina</u> - Daniele Dias Curvelo: férias - Luiz Antônio Ximenes Cibin: férias</p>
3) Exercício da advocacia (Resolução n. 16/07)	<p>Todos os membros declararam não exercer a advocacia</p>
4) Participação em sociedade comercial ou em organização não governamental	<p>Todos os membros declararam não participar de sociedade comercial ou ONG</p>
5) Exercício do magistério	<p>26 membros declararam não exercer o magistério 1 membro declarou exercer o magistério na sede: <u>PRM/Umuarama</u> - Luís Wanderley Gazoto</p>
6) Preenchimento semestral do formulário on-line sobre o exercício do magistério	<p>26 membros declararam preencher semestralmente o formulário 1 membro declarou não preencher semestralmente o formulário: <u>PRM/Foz de Iguaçu</u> - Fernando Amorim Lavieri</p>
7) Assiduidade	<p>25 membros declararam assiduidade diária 2 membros não declarou assiduidade diária <u>PRM/Campo Mourão</u> - Dra. Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira. <u>PRM/Foz de Iguaçu</u> - Dr. Fernando Amorim Lavieri</p>
8) Apontamento das características sociais, econômicas, ambientais, populacionais etc da região, que geram maior demanda de trabalho	<p style="text-align: center;">PRM/Apucarana</p> <p>- Marcelo de Souza: a PRM/Apucarana engloba 25 municípios na região norte do Paraná, sendo a maior demanda de trabalho na esfera criminal, havendo diversidade de infrações penais, ao passo que, na tutela coletiva, também existem inúmeras questões relacionadas à improbidade administrativa, índios (2 TI em Ortigueira/PR), linha férrea (ALL), rodovia federal (BR 376), etc.</p> <p style="text-align: center;">PRM/Campo Mourão</p> <p>- Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira: a região de Campo Mourão é, em primeiro lugar, permeada de fraudes previdenciárias que envolvem diversos grupos criminosos. Prova disso é o enorme volume de pedidos de benefícios, que destoam em muito de outras regiões do país. Dois funcionários do INSS que vinham propiciando tal situação foram exonerados recentemente e</p>

houve uma operação que tratou da questão. Ainda existem muitos inquéritos e ações penais envolvendo a matéria. Em segundo lugar, Campo Mourão fica na rota de Foz do Iguaçu – São Paulo, sendo bastante expressiva a ocorrência de contrabando, tráfico de drogas e armas, bem como de situações diversas envolvendo a facilitação de contrabando (artigo 318 do Código Penal) e corrupção (ativa e passiva). Por fim, a PRM costuma contar com diversas Operações da Polícia Federal, as quais sabidamente trazem grandes demandas de trabalho. Apenas a título de exemplo, hoje contamos com quatro operações, uma delas deflagrada há poucos dias, que por certo enseja diversos pedidos incidentes tanto da autoridade policial federal como dos envolvidos, além do natural oferecimento da denúncia a englobar uma série de fatos e flagrantes diversos.

PRM/Cascavel

- Carlos Henrique Macedo Bara: a PRM Cascavel está localizada em região fronteira, fazendo divisa com o Paraguai, e por isso recebe um elevado número de autos de prisão em flagrante, especialmente pelas condutas criminosas relacionadas ao tráfico de drogas, armas, munições, herbicidas, medicamentos, bem como ao contrabando de cigarros e mercadorias diversas. Esta Procuradoria também é polo da Subseção Judiciária de Toledo, cuja jurisdição abrange diversas cidades, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, que margeiam o Lago de Itaipu, que faz divisa com o Paraguai, e é utilizado pelos contrabandistas/traficantes para atravessar, dentre outros, os produtos ilícitos acima mencionados, razão pela qual ocorrem, cotidianamente, lavraturas de autos de prisão em flagrante pela Polícia Federal. A Delegacia de Polícia Federal de Cascavel (note-se que a PRM Cascavel recebe, em razão da circunscrição da DPF, inquéritos policiais das Delegacias de Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra) aumentou de forma considerável, nos últimos 5 anos, em razão da quantidade de inquéritos por Delegado, o número de Delegados e agentes (Delegados passou do número de dois para sete, com previsão de lotação de 10 Delegados até o final do presente ano), o que vem gerando uma sobrecarga de inquéritos e processos aos membros aqui lotados.

Além disso, insta informar o elevado número de representações fiscais para fins penais oriundas da Receita Federal noticiando a ocorrência de crimes de contrabando/descaminho e crimes contra a ordem tributária, eis que a cidade é sede de diversas pessoas jurídicas de grande representatividade. Vale informar, ainda, que a Gerência Regional do INSS está sediada em Cascavel/PR e, por isso, um elevado número de representações fiscais oriundas da Procuradoria Especializada do INSS são canalizadas para esta Procuradoria da República em Cascavel/PR. A região também abrange municípios que possuem represas (Salto Caxias e Salto Osório), localizadas no Rio Iguaçu e, por isso, diversos problemas ambientais, tais como construções irregulares em APP, desmatamentos, etc., são de atribuição dos membros aqui lotados.

- Monique Checker de Souza: o Município de Cascavel, além de ser polo, está próximo à tríplice fronteira, Brasil, Argentina e Paraguai. Em função disso, as demandas criminais da PRM/Cascavel, relacionadas ao contrabando, em especial o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, descaminho e outras atividades criminosas afins, como a quadrilha, geram maior trabalho. Ademais, a PRM/Cascavel abrange a Subseção Judiciária de Toledo/PR, o que causa transtornos demasiados pelas frequentes prisões sem flagrante. No passado, houve uma promessa por parte do PGR de se colocar um terceiro

Procurador da República na PRM em função de Toledo/PR, mas a referida promessa, até os dias atuais, vem sendo descumprida.

PRM/Foz do Iguaçu

- Rhayssa Castro Sanches Rodrigues e Oswaldo dos Santos Heitor Júnior: região de tríplice fronteira, com a Argentina e o Paraguai. Especialmente em virtude da proximidade deste último, nesta região são praticados muitos crimes transnacionais, previstos em tratados, a ensejar a competência da Justiça Federal e, conseqüentemente, a atuação do Ministério Público Federal, como tráfico internacional de drogas, tráfico internacional de armas, introdução em território nacional de produtos terapêuticos sem registro ou falsificados, contrabando e descaminho, violação de direitos autorais pela importação de mídias falsificadas, e outros crimes daí decorrentes, como falsificação e uso de documentos contrafeitos, formação de quadrilha ou bando – muitas vezes na forma de crime organizado. Parte considerável da população vive de tais práticas, a ponto de declararem em juízo, quando indagados de sua profissão, que são “laranjas”. O Município de Foz do Iguaçu não possui parque industrial ou comércio compatível com seu tamanho, justamente pela impossibilidade de se competir com os preços praticados pelo país vizinho. Por isso, a economia gira em torno, basicamente, do turismo gerado pelo Parque Nacional do Iguaçu e pelo comércio paraguaio, e da Usina de Itaipu. A Polícia Federal tem estrutura de Superintendência, com número de Delegados e Agentes superior ao de muitas capitais, além de núcleo de inteligência onde se desenvolvem várias operações. O mesmo pode ser dito da Receita Federal, que tem grande número de servidores aqui lotados e voltados à fiscalização aduaneira, gerando uma quantidade imensa de representações fiscais para fins penais, as quais representam cerca de 80% das peças de informações encaminhadas a esta PRM, se o número ainda não for superior. Embora em número aquém do necessário, a Polícia Rodoviária Federal também se mostra presente em número considerável, gerando demanda em virtude das apreensões que realiza na BR 277. A presença maciça de órgãos federais ligados à repressão estatal gera também demanda nesta PRM quanto ao controle externo.

- Andréia Pistono Vitalino: Desemprego que influi na prática do descaminho e contrabando, a falta de informação quanto ao meio ambiente.

- Alexandre Halfen da Porciúncula: fronteira, grande incidência criminal.

- Alexandre Collares Barbosa: fronteira e intensa rota do tráfico de drogas, armas e descaminhos em massa.

- Fernando Amorim Lavieri: Foz do Iguaçu é um conhecido ponto de entrada de drogas, armas, remédios e mercadorias variadas, o que implica em uma imensa quantidades de delitos de competência da Justiça Federal. Além disso, em razão da enorme estrutura montada para repressão aos delitos citados anteriormente, há na região uma incidência incomum de crimes funcionais e casos de abuso de autoridade.

PRM/Francisco Beltrão

- Marcelo Godoy: A principal é a localização em fronteira, imediatamente com a Argentina e também próxima ao Paraguai, gerando a criminalidade fronteiriça, sobretudo de contrabando ou descaminho. Demais disso, a atividade econômica principal é a agricultura, o que gera tensão com as normas ambientais. Por fim, são 27 (vinte e sete) municípios com pouca receita própria e que, portanto, dependem de transferências da União, atraindo a competência do MPF em inúmeros casos.

PRM/Jacarezinho**

- Gustavo de Carvalho Guadanhin: a) região é rota de escoamento de produtos ilícitos e descaminho provenientes da fronteira do Paraguai para entrada no Estado de São Paulo; b) em virtude do trabalho rural, há bastante demanda de estelionato previdenciário, incluindo a participação ativa dos advogados; c) moeda falsa e crimes relacionados à pesca; d) demandas envolvendo áreas indígenas; e) patrimônio histórico-cultural por conta de estações rodoviárias da extinta RFSA; f) demandas ambientais envolvendo queima de palha de cana-de-açúcar; g) há muitos convênios e repasses de verbas federais na região, que ultimamente é bastante agraciada com sorteios da CGU, gerando bastante demanda na área do patrimônio público.

PRM/Londrina

- Cíntia Maria de Andrade: rota entre Paraguai e região Sudeste, presença de várias terras indígenas, rios federais, pólo industrial.

- José Mauro Luizão: região metropolitana populosa, com polos industriais importantes, diversas terras indígenas e rios federais na região.

- Danielle Dias Curvelo: a Subseção Judiciária de Londrina - PR é cortada por estradas que fazem a ligação das regiões Norte, Nordeste e Sudeste com a fronteira com o Paraguai. Assim sendo, são frequentes as apreensões de mercadorias contrabandeadas/descaminhadas, bem como flagrantes de tráfico internacional de armas, entorpecentes e medicamentos. A cidade de Londrina-PR é uma das maiores cidades na região sul, possuindo inúmeras empresas. Uma das cidades vizinhas Araongas-PR, é um polo de indústria moveleira. Há também grande participação do agronegócio na economia local. Desta forma, são frequentes inúmeras representações fiscais para fins penais relativas a ilícitos penais tributários.

- João Akira Omoto: na Procuradoria da República do Município de Londrina há demandas relativas a comunidades indígenas, a atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, a pacientes que pleiteiam o fornecimento de medicamento excepcional, a reforma agrária e a investigação de formação de milícia em conflitos agrários.

- Luiz Antônio Ximenes Cibin: a região norte do Paraná é muito rica economicamente, centro de várias indústrias e possui o setor agropecuário em situação bastante relevante no cenário nacional. Pode-se dizer, em síntese, que os municípios da área de atribuição da PRM/Londrina, principalmente Londrina e os que lhe são contíguos, são destinatários de um volume muito grande de recursos federais oriundos transferências voluntárias (convênios e contratos de repasse), circunstância esta que gera uma demanda bastante elevada para a fiscalização de aplicação destes recursos.

PRM/Maringá

- Carlos Alberto Sztoltz: a PRM Maringá é área de rota de contrabando e descaminho, o que implica numa grande movimentação processual com registros desse crime; possui ainda o EADI - Porto Seco que gera grande número de investigações/procedimentos com relação a fraudes/questões aduaneiras. A PRM Maringá abrange grande extensão de municípios que recebem continuamente visitas técnicas da CGU e que originam inúmeras investigações na área criminal e cível com relação a atuação dos prefeitos (improbidade e outros). Por fim, Maringá ainda tem sede da DPF e PRF, com constantes operações, e gerência do INSS que gera grande demanda de questões previdenciárias.

- Eloísa Elena Machado: a PRM Maringá é área de rota de contrabando e descaminho, o que implica numa grande movimentação processual com registros desse crime; possui ainda o EADI - Porto Seco que gera grande número de investigações/procedimentos com relação a fraudes/questões aduaneiras. A PRM Maringá abrange grande extensão de municípios que recebem continuamente visitas técnicas da CGU e que originam inúmeras investigações na área criminal e cível com relação a atuação dos prefeitos (improbidade e outros). Por fim, Maringá ainda tem sede da DPF e PRF, com constantes operações, e gerência do INSS que gera grande demanda de questões previdenciárias.

- Natalício Claro da Silva: a PRM Maringá é área de rota de contrabando e descaminho, o que implica numa grande movimentação processual com registros desse crime; possui ainda o EADI - Porto Seco que gera grande número de investigações/procedimentos com relação a fraudes/questões aduaneiras. A PRM Maringá abrange grande extensão de municípios que recebem continuamente visitas técnicas da CGU e que originam inúmeras investigações na área criminal e cível com relação a atuação dos prefeitos (improbidade e outros). Por fim, Maringá ainda tem sede da DPF e PRF, com constantes operações, e gerência do INSS que gera grande demanda de questões previdenciárias.

PRM/Paranaguá

- Alessandro José Fernandes de Oliveira: a maior demanda de trabalho decorre de atuações referente a atividades ligadas ao Porto de Paranaguá (maior porto graneleiro do país) e questões ambientais, (três unidades de conservação federais e extensas áreas de terreno de marinha), além das demais questões ortodoxas, valendo não deslembrar que o litoral paranaense apresenta baixos índices de IDH, se comparado com os demais municípios do Estado. Paranaguá, por exemplo, é a cidade com o 5º PIB no Estado, porém é 162º em IDH.

PRM/Paranavaí

- Gustavo de Carvalho Guadanhin: a) A região é rota de escoamento de produtos ilícitos e descaminho provenientes da fronteira do Paraguai para entrada no Estado de São Paulo, principalmente cigarros; b) em virtude do trabalho rural, há bastante demanda de estelionato previdenciário, incluindo a participação ativa de advogados; c) crimes ambientais, notadamente aqueles relacionados à pesca; d) há muitos convênios e repasses de verbas federais na região, que ultimamente é bastante agraciada com sorteios da CGU, gerando bastante demanda na área do patrimônio público; e) acidentes envolvendo animais de grande porte na rodovia federal; f) crimes envolvendo telecomunicações.

PRM/Pato Branco

- Rui Maurício Ribas Rucinski: nos quinze municípios do sudoeste do Paraná abrangidos pela subseção judiciária de Pato Branco demandam especial atenção as questões de indígenas e quilombolas (concentradas nas cidades de Palmas, Mangueirinha, Clevelândia e Vitorino), bem como as questões relacionadas a assentamentos do INCRA (especialmente nos projetos de assentamentos Marco Freire e Ireno Alves, ambos na cidade de Rio Bonito do Iguçu). Por tratar-se de procuradoria instalada em faixa de fronteira, também é expressivo o volume de procedimentos relacionados a crimes de descaminho ou contrabando.

	<p style="text-align: center;">PRM/Ponta Grossa</p> <p>- Oswaldo Soweck Júnior: a Unidade responde por 21 municípios, cuja população total atinge 331.106 habitantes. A Subseção Judiciária de Ponta Grossa conta com 2 Varas Federais e 1 Juizado Especial Federal. Atualmente, encontra-se em exercício 04 Juizes Federais. Há sede da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa. Em relação aos Municípios que integram a Subseção Judiciária de Ponta Grossa, podemos destacar que os Município de Imbaú e Reserva apresentam um dos índices de IDH mais baixo da região (0,64). o número de famílias inscritas no Programa Federal Bolsa Família, nos Municípios da Subseção, atingem a monta de 37.888. Também existem Parques Nacionais e Unidades de Conservação, além de 22 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e 8 comunidades com indicativos tradicionais de comunidades remanescentes. Embora não haja áreas de tribos indígenas na nossa Subseção, o Município de Ponta Grossa é historicamente, um ponto de passagem e permanência mais ou menos prolongada de famílias indígenas da etnia Kaingang.</p> <p style="text-align: center;">PRM/Umuarama</p> <p>- Robson Martins: o fato de o Município de Umuarama/PR encontrar-se situado em região próxima à fronteira com o Paraguai e divisa do Estado do Paraná com o Mato Grosso do Sul, há grande volume de processos criminais pelo cometimento de delitos transnacionais, tais como tráfico de drogas e armas e contrabando/descaminho. Existem Unidades de Conservações Federais e também vários procedimentos relativos a patrimônio público, atendimento a índios e quilombolas.</p> <p style="text-align: center;">PRM/União da Vitória</p> <p>- Eduardo Alves Fonte: nesta Subseção não existem características isoladas que gerem maior demanda de trabalho em relação às demais.</p>
<p>* O Procurador-Chefe da da PR/PR, Dr. Orlando Martello Júnior, respondeu o questionário da PRM/Guarapuava ante a ausência de membro lotado na referida unidade, porém os quesitos acima ficaram em branco.</p> <p>** O Dr. Gustavo de Carvalho Guadanhin é procurador itinerante fixo na PRM/Jacarezinho há mais de 3 anos e membro lotado em Paranaíba, por isso ele responde ambos os questionários.</p>	
<p>4.2.2 Condições de trabalho</p>	
<p>1) Instalações físicas da unidade – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:</p>	<p style="text-align: center;">PRM/Apucarana</p> <p>- Corregedor Auxiliar Solange Mendes de Souza: a PRM encontra-se instalada nas salas 102 e 103, com aproximadamente 120 metros quadrados cada sala, do Edifício Comercial Novo Millenium, na Rua Osório Ribas de Paula, n. 94, contando com 2 vagas para estacionamento de veículos oficiais. A sede da PRM conta com acessibilidade. Não há mobiliário suficiente para armazenamento do material de almoxarifado, obrigando a acomodação de parte desse material no chão.</p> <p style="text-align: center;">PRM/Campo Mourão</p> <p>- Corregedor Auxiliar Antônio Carlos Welter: a PRM está dividida em dois</p>

andares, em prédio comercial ocupado por outros profissionais, o que contribui para aumentar a insegurança. Ressalvado o aspecto da segurança, a sede possui boas condições, é bem iluminada e arejada, embora o gabinete da Procuradora seja pequeno.

PRM/Cascavel

- **Corregedores Auxiliares Januário Paludo e Solange Mendes de Souza:** a PRM está instalada em prédio de 2 andares cedido pelo Município de Cascavel, na Rua Paraná, 2607. Estão instalados dois Gabinetes para os Procuradores lotados. A sede da PRM Cascavel conta com acessibilidade e plano de segurança. Contudo, o espaço físico é insuficiente para acomodar os servidores. Foi realizado estudo ergonômico e constatado que a PRM está fora dos padrões. Há efetiva necessidade de mudança para outra sede que atenda as necessidades de trabalho, o que já está sendo providenciado pela administração central, tendo os signatários visitado o local a ser locado.

PRM/Foz do Iguaçu

- **Corregedores Auxiliares Januário Paludo e Solange Mendes de Souza:** a PRM se encontra instalada em prédio de 3 andares na Av. Das Cataratas, 42, atendo parcialmente aos requisitos de acessibilidade e muito bem o da segurança. Contudo, não há espaço físico suficiente para acomodar os servidores e Procuradores.

PRM/Francisco Beltrão

- **Corregedores Auxiliares Januário Paludo e Solange Mendes de Souza:** a PRM, instalada em prédio locado em um andar inteiro, no térreo, na Av. Júlio Assis Cavalheiro, nº 1000. possui um quadro de 10 servidores, com uma vaga em aberto no setor jurídico, estando lotado apenas um Procurador da República. A sede da PRM conta com acessibilidade parcial que está sendo corrigida e o plano de segurança em implantação.

PRM/Guarapuava

- **Corregedor Auxiliar Roberto Luis Oppermann Thomé:** a PRM está instalada no 9º andar de prédio comercial, embora o espaço seja suficiente, a unidade carece de identidade/representatividade institucional, pois, conquanto seja o quadro de servidores (dois analistas processuais, seis técnicos administrativos, duas estagiárias e dois "outros") adequado e de excelência qualitativa atestada, a prolongada ausência do Procurador da República titular (há quase três anos)- motivo da vinda e reiterada admoestação da OAB local (que não aponta crítica alguma ao proceder individual de qualquer colega)- resulta em prejuízos lógicos ao serviço, em especial quanto ao atendimento público pessoal e trabalho extrajudicial; motivo também de o questionário apresentar lacunas óbvias quanto aos itens I e II ("dados preliminares") e "ofícios e atribuições", VIII ("dificuldades apresentadas no desempenho das atribuições") e X ("boas práticas").

PRM/Jacarezinho

- **Corregedores Auxiliares Januário Paludo e Solange Mendes de Souza:** a PRM está instalada em prédio locado na Av. Manoel Ribas, 215 - 2º andar, com área aproximada de 294m². O local atende às necessidades de servidores e Procurador, à questão de acessibilidade, segurança, materiais, etc.

PRM/Londrina

- **Corregedores Auxiliares Januário Paludo e Solange Mendes de Souza:** a PRM se encontra instalada em prédio novo em 3 andares na Av. Airton Senna, 550. No 9º andar está instalada a administração e atendimento ao público; no 8º andar, os Gabinetes e Assessores, e, no 7º andar, os demais serviços da PRM, inclusive a sala de reuniões e auditório. A PRM cumpre os requisitos de acessibilidade, mas é deficiente quanto à questão de segurança, que está sendo corrigida conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Administração.

PRM/Maringá

- **Corregedor Auxiliar João Heliofar de Jesus Villar:** o prédio é contíguo ao prédio da Justiça Federal o que facilita muito o comparecimento às audiências.

- **Corregedor Auxiliar Antônio Carlos Welter:** a Procuradoria funciona em espaços adequados, amplos e arejados, ao lado da Justiça Federal. Está situada em local de fácil acesso à população.

PRM/Paranaguá

- **Corregedor Auxiliar João Heliofar de Jesus Villar:** a sede da PRM é inadequada. Fica num prédio comercial, que conta com circulação indiscriminada de pessoas (o procurador já se encontrou com investigado em operação policial no elevador). Não há como se garantir a segurança. O Procurador-Chefe do Paraná está procurando alugar um outro prédio. Em relação à segurança, ele mencionou que já houve a notícia de um plano para atentar contra a sua vida. O fato é do conhecimento da PGR e do setor de segurança institucional. Houve uma investigação, e parece que se trata de boato. Mas ele ressaltou que as instalações não são propícias para garantir sua segurança. Visitei dois prédios que estariam sendo objeto de proposta de aluguel. Ambos oferecem maior segurança. Um deles divide o espaço com o Ministério Público Estadual e é o preferido do colega. Quanto mais cedo se resolver o problema, melhor.

PRM/Paranavaí

Não há considerações.

PRM/Pato Branco

- **Corregedores Auxiliares Januário Paludo e Solange Mendes de Souza:** a PRM se encontra instalada em prédio locado em um andar inteiro, na Rua Tapajós, 152, 8º andar, possuindo um quadro de 6 servidores e 2 estagiários, estando lotado apenas um Procurador da República. A sede da PRM conta com acessibilidade parcial que esta sendo corrigida e plano de segurança em implantação, de acordo com a normatização da PGR.

PRM/Ponta Grossa

- **Corregedor Auxiliar Antônio Carlos Welter:** o espaço da PRM é amplo, arejado e adequado, de fácil acesso e próximo da Justiça Federal.

PRM/Umuarama

- **Corregedor Auxiliar Antônio Carlos Welter:** a sede da unidade possui espaços amplos, é arejada e bem iluminada, sendo em região central, facilitando desta forma o acesso da população e próxima da Justiça Federal.

		<p>PRM/União da Vitória</p> <p>- Corregedor Auxiliar Roberto Luis Oppermann Thomé: sede bem localizada e segura e instalações físicas adequadas (conquanto careça de maior acessibilidade a portadores de necessidades especiais. A Unidade possui um quadro de servidores composto por 1 assessor, 1 analista processual, 3 técnicos administrativos, 2 estagiários e 1 “outros”.</p>
2) Instalações do gabinete (espaço, aeração, luz, mobiliário e equipamentos) – sob o ponto de vista dos Membros da Comissão de Correição:		<p><u>PRM/Campo Mourão</u></p> <p>- Corregedor Auxiliar Antônio Carlos Welter: o gabinete da Procuradora da República é pequeno.</p> <p>Não foram feitas considerações para as demais unidades</p>
3) Número de servidores:		<p>10 membros consideram suficiente o número de servidores* 18 membros consideram insuficiente o número de servidores*:</p> <p><u>PRM/Apucarana</u> – Marcelo de Souza</p> <p><u>PRM/Campo Mourão</u> – Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira</p> <p><u>PRM/Cascavel</u> – Carlos Henrique Macedo Bara – Monique Cheker de Souza</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u> – Alexandre Halfen da Porciúncula, – Andréia Pistono Vitalino, – Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, – Rhayssa Castro Sanches Rodrigues, – Alexandre Collares Barbosa, – Fernando Amorim Lavieri.</p> <p><u>PRM/Francisco Beltrão</u> - Marcelo Godoy</p> <p><u>PRM/Jacarezinho*</u> – Gustavo de Carvalho Guadanhin</p> <p><u>PRM/Londrina</u> – Daniele Dias Curvelo, – João Akira Omoto – Luis Antônio Ximenes Cibin.</p> <p><u>PRM/Paranaguá</u> – Alessandro José Fernandes de Oliveira: insuficiente para a atividade fim.</p> <p><u>PRM/Umuarama</u> – Robson Martins – Luís Wanderley Gazoto</p>
4) Quantidade de equipamentos de informática:	de	<p>21 membros consideram suficiente a quantidade de equipamentos* 7 membros consideram insuficiente a quantidade de equipamentos*:</p> <p><u>PRM/Cascavel</u> – Carlos Henrique Macedo Bara</p> <p><u>PRM/Jacarezinho*</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin</p> <p><u>PRM/Londrina</u> - Cíntia Maria de Andrade: seria útil o acréscimo de uma impressora no gabinete da procuradora. O equipamento de digitalização de documentos não é adequado à demanda (especialmente em razão do sistema de processo</p>

	<p>eletrônico da Justiça Federal na 4ª Região), já que não funciona em rede, bem como por haver frequente atolamento de papel.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Daniele Dias Curvelo, - João Akira Omoto - Luis Antônio Ximenes Cibir. <p><u>PRM/Paranavaí</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Gustavo de Carvalho Guadanhin.
5) Qualidade dos meios e sistemas de comunicação:	<p>13 membros consideram suficiente* 15 membros consideram insuficiente:</p> <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Carlos Henrique Macedo Bara – Monique Cheker de Souza. <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Andréia Pistono Vitalino (internet é muito lenta), – Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, – Rhayssa Castro Sanches Rodrigues. <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Cíntia Maria de Andrade, – Daniele Dias Curvelo, – João Akira Omoto, – José Mauro Luizão, – Luiz Antônio Ximenes Cibir. <p><u>PRM/Paranaguá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Alessandro José Fernandes de Oliveira <p><u>PRM/Paranavaí</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Gustavo de Carvalho Guadanhin <p><u>PRM/Pato Branco</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Rui Maurício Ribas Rucinski: a internet é problemática, como em todo o país <p><u>PRM/Ponta Grossa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Osvaldo Soweck Júnior: em relação à internet <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Robson Martins: internet extremamente lenta e conexão cai.
6) Qualidade do serviço da biblioteca:	<p>18 membros consideram suficiente* 10 membros consideram insuficiente:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Alexandre Halfen da Porciúncula, – Andréia Pistono Vitalino, – Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, – Rhayssa Castro Sanches Rodrigues, – Alexandre Collares Barbosa, – Fernando Amorim Lavieri <p><u>PRM/Guarapuava *</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Orlando Martello Jr (Procurador-Chefe da PR/PR) <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Daniele Dias Curvelo - Luiz Antônio Ximenes Cibir. <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Robson Martins - Luís Wanderley Gazoto
7) Transporte para o exercício das funções:	<p>23 membros consideram suficiente* 5 membros consideram insuficiente:</p>

	<p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues - Fernando Amorim Lavieri <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Danielle Dias Curvelo: há apenas um carro de representação, ano 2006, que está com o para-brisas avariado há vários meses. A PRM também possui dois carros de serviço e uma caminhonete. Contudo, os técnicos de transporte não gostam muito de conduzir a caminhonete devido ao seu alto valor e a ausência de seguro do veículo. - José Mauro Luizão
<p>8) Procedimentos para segurança dos membros:</p>	<p style="text-align: center;"><u>RECURSOS HUMANOS</u></p> <p>18 membros consideram suficiente* 9 membros consideram insuficiente:</p> <p><u>PRM/Campo Mourão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira: é suficiente em termos de terceirizados contratados na PRM. No entanto, o prédio em si não conta com segurança adequada em termos de pessoal. <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monique Cheker <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo - Luis Antônio Ximenes Cibir <p><u>PRM/Paranaguá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alessandro José Fernandes de Oliveira <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Robson Martins. <p>1 membro não respondeu:</p> <p><u>PRM/Foz de Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fernando Amorim Lavieri <p style="text-align: center;"><u>MATERIAL</u></p> <p>23 membros consideram suficiente* 4 membros consideram insuficiente:</p> <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monique Cheker <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo <p><u>PRM/Paranaguá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alessandro José Fernandes de Oliveira <p>01 membro não respondeu:</p> <p><u>PRM/Foz de Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fernando Amorim Lavieri <p style="text-align: center;"><u>ÁREAS E INSTALAÇÕES</u></p>

<p>15 membros consideram suficiente* 12 membros consideram insuficiente: <u>PRM/Campo Mourão</u> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira: em recente visita da Unidade de Segurança Institucional da PGR a esta PRM constatou-se, sobretudo em vista do que foi dito acima sobre o prédio comercial onde instalada a PRM, necessidade de itens adicionais, como fechadura acionada por meio digital, CFTV (câmeras internas em áreas estratégicas sobretudo de acesso ao gabinete), bem como da eventual tomada de medidas no que diz respeito ao acesso ao prédio em si (referidas informações constaram de nosso PSO).</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues</p> <p><u>PRM/Francisco Beltrão</u> - Marcelo Godoy: Não há estacionamento, com necessidade de alugar vagas para os veículos oficiais. Há única entrada para a Procuradoria, não há outra saída adequada para emergências, por exemplo. Quanto ao ingresso de visitantes na Procuradoria, houve apenas um caso isolado de ingresso sem autorização e foram adotadas medidas para a não repetição da ocorrência. O controle de acesso frontal ainda pode ser melhorado com instalação de câmera.</p> <p><u>PRM/Jacarezinho*</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin: É importante a instalação de CFTV para a melhor vigilância das instalações.</p> <p><u>PRM/Londrina</u> - Cíntia Maria de Andrade: explico as razões pelas quais considero insuficiente a segurança nos itens 'a', 'b' e 'c' acima. A Procuradoria da República em Londrina está em novo prédio desde dezembro de 2011. Trata-se de prédio de uso não exclusivo da PRM Londrina, havendo diversos outros profissionais instalados no local. A Procuradoria atualmente conta com vigilante no 9º andar, onde funciona a área administrativa, mas não há vigilante no 8º andar do prédio, onde estão localizados os gabinetes dos procuradores. Dessa forma, em princípio, qualquer pessoa que tenha sua entrada no prédio autorizada poderia subir ao 8º andar e ingressar no órgão. Por isso, entendo ser necessária uma providência urgente para a segurança de pessoal, material e instalações no 8º andar, observando que tal questão vem sendo estudada pela Coordenadoria Administrativa da PRM. Além disso, entendo necessário detector de metais nos acessos à PRM.</p> - Danielle Dias Curvelo - João Akira Omoto - Luis Antônio Ximenes Cibin <p><u>PRM/Paranaguá</u> - Alessandro José Fernandes de Oliveira: a chefia administrativa no Estado, Procurador-Chefe, tem adotado medidas para resolver as instalações físicas mediante a procura de outro imóvel mais adequado para locação, enquanto se aguardam as obras na sede própria.</p> <p><u>PRM/Paranavaí</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin: é importante a instalação da CFTV para a melhor vigilância das instalações*</p> <p><u>PRM/Umuarama</u> - Robson Martins.</p> <p>1 membro não respondeu: <u>PRM/Foz de Iguaçu</u></p>

	<p>- Fernando Amorim Lavieri</p> <p style="text-align: center;"><u>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</u></p> <p>19 membros consideram suficiente* 8 membros consideram insuficiente: <u>PRM/Campo Mourão</u> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira <u>PRM/Cascavel</u> – Carlos Henrique Macedo Bara - Monique Cheker <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior, - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues <u>PRM/Londrina</u> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo: a PRM encontra-se instalada em um prédio comercial de fácil acesso ao público em geral. Embora a questão da acessibilidade mostra-se adequada, não há um filtro prévio de pessoas que podem ter acesso às informações da Procuradoria, pois não há um efetivo controle de portaria. A unidade está instalada em um andar inteiro e mais quatro salas em dois andares diferentes do prédio e conta com apenas um segurança. Não há detector de metais. <u>PRM/Paranaguá</u> – Alessandro José Fernandes de Oliveira: Chefia Administrativa do Estado, Procurador-chefe, tem adotado medidas para resolver as instalações físicas mediante a procura de outro imóvel mais adequado para locação, enquanto se aguardam as obras na sede própria . 1 membro não respondeu: <u>PRM/Foz de Iguaçu</u> - Fernando Amorim Lavieri</p>
--	--

* Os questionários das PRMs Guarapuava e Jacarezinho foram respondidos pelos Dr. Orlando Martello Júnior e Dr. Gustavo de Carvalho Guadanhin, respectivamente, ante a ausência de membros lotados nas referidas PRMs.

4.2.3 Organização do gabinete

1) Há controle dos prazos dos procedimentos extrajudiciais?	<p>27 membros responderam sim* 1 membro responderam não <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Andréia Pistono Vitalino: Excesso de trabalho prejudica um melhor controle. * Incluídas as PRMs Guarapuava e Jacarezinho.</p>
2) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de PIC?	<p>26 membros responderam sim* 1 membro respondeu não: <u>PRM/Francisco Beltrão</u> - Marcelo Godoy: São comunicadas apenas as instaurações. As prorrogações de PIC não são comunicadas com base no artigo 12 da Resolução nº 13/06 da CNMP (recentemente, foi noticiado que a 2ª CCR respondeu à consulta formulada por colega com esta mesma orientação - boletim informativo nº 26/2012 da 2ª CCR). 1 membro respondeu não se aplica:</p>

	<p><u>PRM/Londrina</u> - Luiz Antônio Ximenes Cibir: não justificou.</p>
3) Há comunicação ao órgão de coordenação sobre instauração e prorrogação de prazo de ICP?	<p>25 membros responderam sim* 1 membro respondeu não: <u>PRM/Maringá</u> - Carlos Alberto Sztoltz: nos casos de entendimento consolidado pela CCR e nos inquéritos policiais o arquivamento ocorre junto ao Poder Judiciário. 2 membros responderam não se aplica: <u>PRM/Londrina</u> (não justificaram): - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo</p>
4) As promoções de arquivamento de autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?	<p>15 membros responderam sim* 13 membros responderam não <u>PRM/Campo Mourão</u> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira <u>PRM/Cascavel</u> - Carlos Henrique Macedo Bara - Monique Cheker <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Alexandre Halfen da Porciúncula <u>PRM/Francisco Beltrão</u> - Marcelo Godoy <u>PRM/Guarapuava *</u> - Orlando Martello Jr (Procurador-Chefe da PR/PR) <u>PRM/Londrina</u> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo - José Mauro Luizão. <u>PRM/Maringá</u> - Carlos Alberto Sztoltz, - Eloísa Elena Machado - Natalício Claro da Silva. <u>PRM/Ponta Grossa</u> - Osvaldo Soweck Júnior: as promoções de arquivamento das peças de informação criminais e dos procedimentos investigatórios criminais são encaminhados à Justiça Federal.</p>
5) As promoções de declinação de atribuições em autos extrajudiciais são sempre encaminhadas aos órgãos de coordenação?	<p>21 membros responderam sim* 7 membros responderam não: <u>PRM/Cascavel</u> - Carlos Henrique Macedo Bara - Monique Cheker. <u>PRM/Londrina</u> - Danielle Dias Curvelo - José Mauro Luizão: declínio judiciais <u>PRM/Maringá</u> - Eloísa Elena Machado - Natalício Claro da Silva. <u>PRM/Umuarama</u> - Robson Martins</p>
6) Nos casos de declinação de atribuições, são	<p>26 membros responderam sim* 2 membros responderam não:</p>

encaminhados os autos originais às CCR e à PFDC?	<p><u>PRM/Maringá</u> – Eloísa Elena Machado.</p> <p><u>PRM/Umuarama</u> – Robson Martins</p>
7) Há controle de prazos de inquéritos policiais por meio do Sistema Único?	<p>22 membros responderam sim* 3 membros responderam não:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Andréia Pistono Vitalino: Considerando que o processo na 4ª Região é eletrônico, inclusive os inquéritos policiais, o controle é feito quando do retorno para dilação/prorrogação.</p> <p><u>PRM/Londrina</u> - Cíntia Maria de Andrade: a procuradora signatária teve pouco contato com o Sistema Único desde sua implantação em abril de 2011, em razão dos seguintes períodos de afastamento de suas funções: 21/3/11 a 19/4/11 (férias); 2/5/11 a 8/5/11 (licença médica); 9/6/11 a 23/6/11 (licença médica); 27/6/11 a 12/7/11 (férias); 13/7/11 a 8/1/12 (licença-maternidade); 9/1/12 a 22/1/12 (férias); 23/1/12 a 17/2/12 (licença-prêmio); 22/2/12 a 22/3/12 (férias).</p> <p><u>PRM/União da Vitória</u> - Eduardo Alves Fonte: O controle é realizado por meio do sistema E-proc V2.</p> <p>3 membros responderam não se aplica:</p> <p><u>PRM/Cascavel</u> - Monique Cheker: Há o devido registro no Sistema Único, no entanto, não há nenhum procedimento de verificação dos prazos, por falta de servidores para realizar tal trabalho.</p> <p><u>PRM/Londrina</u> - João Akira Omoto: não atua na 2ª CCR, conforme Resolução-PRM/Londrina nº 01/2010. - Luiz Antônio Ximenes Cibir: Não exerço função criminal.</p>
8) Há controle dos prazos prescricionais nos processos criminais por meio do Sistema Único?	<p>20 membros responderam sim 5 membros responderam não:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Andréia Pistono Vitalino: o excesso de trabalho não permite. O controle na autuação do processo. - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues</p> <p><u>PRM/Londrina</u> - Cíntia Maria de Andrade: a procuradora signatária teve pouco contato com o Sistema Único desde sua implantação em abril de 2011, em razão dos seguintes períodos de afastamento de suas funções: 21/3/11 a 19/4/11 (férias); 2/5/11 a 8/5/11 (licença médica); 9/6/11 a 23/6/11 (licença médica); 27/6/11 a 12/7/11 (férias); 13/7/11 a 8/1/12 (licença-maternidade); 9/01/12 a 22/1/12 (férias); 23/1/12 a 17/2/12 (licença-prêmio); 22/2/12 a 22/3/12 (férias). Entretanto, é feito controle dos prazos prescricionais por meio de fichas preenchidas em gabinete, a partir da análise do feito, com o cadastramento de todos os crimes investigados, o que, em princípio, o sistema Único não permite.</p> <p><u>PRM/Umuarama</u> - Luís Wanderley Gazoto.</p> <p>3 membros responderam não se aplica:</p> <p><u>PRM/Cascavel</u> - Monique Cheker: Há o devido registro no Sistema Único quanto aos</p>

	<p>inquéritos policiais. Além disso, é feito o controle caso a caso. Não há nenhum procedimento geral de verificação, por falta de servidores para realizar tal trabalho.</p> <p><u>PRM/Londrina</u></p> <p>- João Akira Omoto: não atua na 2ª CCR, conforme Resolução-PRM/Londrina nº 01/2010.</p> <p>- Luiz Antônio Ximenes Cibin: não exerce função criminal.</p>
<p>9) Há controle dos prazos prescricionais nos procedimentos extrajudiciais de improbidade por meio do Sistema Único?</p>	<p>19 membros responderam sim*</p> <p>5 membros responderam não:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <p>- Andréia Pistono Vitalino: não há procedimento por improbidade instaurado.</p> <p>- Fernando Amorim Lavieri: o problema foi percebido durante a elaboração das respostas a este questionário. Os servidores foram orientados a anotar o prazo prescricional na capa dos autos.</p> <p><u>PRM/Guarapuava *</u></p> <p>- Orlando Martello Jr (Procurador-Chefe da PR/PR) : não há uma tabela ou relatório, mas a prescrição (o prazo) é controlado em cada um dos procedimentos, já que são poucos casos (feitos).</p> <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <p>- Luís Wanderley Gazoto (não justificou)</p> <p><u>PRM/União da Vitória</u></p> <p>- Eduardo Alves Fonte: não há um controle específico, porque tais procedimentos são atrelados a outros, de natureza criminal, cuja prescrição também regula a prescrição da improbidade, de modo que o controle da prescrição criminal possibilita o controle da prescrição da improbidade.</p> <p>4 membros responderam não se aplica</p> <p><u>PRM/Londrina</u></p> <p>- Cíntia Maria de Andrade</p> <p>- Danielle Dias Curvelo</p> <p>- José Mauro Luizão.</p> <p>- João Akira Omoto: este Procurador não atua na 5ª CCR, conforme Resolução-PRM/Londrina nº 01/2010.</p>
<p>10) Alimenta o Sistema Único com os arquivos eletrônicos relativos às suas manifestações (Res. CSMPF 104/10)?</p>	<p>23 membros responderam sim*</p> <p>5 membros responderam não:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <p>- Andréia Pistono Vitalino</p> <p>- Osvaldo dos Santos Heitor Júnior</p> <p>- Rhayssa Castro Sanches Rodrigues</p> <p><u>PRM/Londrina</u></p> <p>- Danielle Dias Curvelo</p> <p><u>PRM/Maringá</u></p> <p>- Natalício Claro da Silva: o gabinete insere no Sistema Único os dados e a ementa relativa às manifestações realizadas, mas não a íntegra.</p>
<p>11) É atendida a preferência legal a pessoas idosas?</p>	<p>Todos os membros responderam sim</p>
<p>12) Há definição de prioridades no trabalho?</p>	<p>25 membros responderam sim*</p> <p>3 membros responderam não:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <p>- Alexandre Halfen da Porciúncula</p> <p>- Fernando Amorim Lavieri</p>

	<p><u>PRM/Maringá</u> - Eloísa Elena Machado</p>
13) Atendimento ao público	<p style="text-align: center;"><u>ATENDIMENTO AO PÚBLICO</u></p> <p>Todos os membros responderam sim*</p>
13.1) Há algum tipo de registro dos atendimentos?	<p style="text-align: center;"><u>REGISTRO DE ATENDIMENTO</u></p> <p>22 membros responderam sim* 6 membros responderam não</p> <p><u>PRM/Apucarana</u> - Marcelo de Souza <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> -Andréia Pistono Vitalino <u>PRM/Guarapuava</u> - Orlando Martello Jr <u>PRM/Londrina</u> - José Mauro Luizão <u>PRM/Umuarama</u> - Robson Martins <u>PRM/União da Vitória</u> - Eduardo Alves Fonte</p>
13.2) Há controle estatístico pelo gabinete dos atendimentos ao público?	<p style="text-align: center;"><u>CONTROLE ESTATÍSTICO</u></p> <p>14 membros responderam sim* 11 membros responderam não</p> <p><u>PRM/Campo Mourão</u> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira <u>PRM/Cascavel</u> - Monique Cheker <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Alexandre Halfen da Porciúncula - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues - Alexandre Collares Barbosa - Fernando Amorim Lavieri <u>PRM/Londrina</u> - José Mauro Luizão <u>PRM/Paranavaí</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin <u>PRM/Pato Branco</u> - Rui Maurício Ribas Rucinski <u>PRM/Umuarama</u> - Robson Martins 1 membro respondeu não sei: <u>PRM/Umuarama</u> - Luis Wanderley Gazoto 2 membros não responderam: <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Andréia Pistono Vitalino <u>PRM/Jacarezinho*</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin</p>

<p>14) Controle diferenciado quanto à guarda dos autos e documentos sigilosos</p>	<p>26 membros responderam sim 2 membros responderam não: <u>PRM/Londrina</u> – José Mauro Luizão <u>PRM/Umuarama</u> - Luiz Wanderley Gazoto : quase todos os processos são digitais</p>
<p>15) Mantém documentos não autuados em gabinete?</p>	<p>24 membros responderam não* 4 membros responderam sim: <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Andréia Pistono Vitalino: Sim, porque aguardam apreciação. - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior: ofícios e peças de informações enquanto ainda não apreciadas. Embora não autuados, tais documentos estão registrados. - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues: ofícios e peças de informações enquanto ainda não apreciadas. Embora não autuados, tais documentos estão registrados. <u>PRM/Londrina</u> - José Mauro Luizão</p>
<p>16) Comparece a todas as audiências/sessões para as quais foi intimado ou designado?</p>	<p>11 membros responderam sim* 17 membros responderam não <u>PRM/Campo Mourão</u> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira: Não compareço às audiências previdenciárias do Juizado Especial (atuação como <i>custos</i>), cujo volume é enorme e inviabilizaria os trabalhos na PRM, salvo situações excepcionais que mereçam maior cuidado. As demais audiências, todas são acompanhadas, inclusive opções de nacionalidade, admonitórias, suspensão condicional do processo, etc. <u>PRM/Cascavel</u> - Carlos Henrique Macedo Bara: <i>custos legis</i> – ações previdenciárias, em razão da coincidência constante das audiências nas demais Varas, pelo encaminhamento dos autos após a instrução ao MPF pelo Judiciário, e pelo elevado volume de trabalho existente na Procuradoria, o que impossibilitaria realizar despachos e análise dos demais autos. - Monique Cheker: não há comparecimento em audiências em que o MPF atua como <i>custos legis</i>, em audiências de ações previdenciárias, em razão da coincidência constante com audiências nas demais Varas, pelo encaminhamento dos autos após a instrução do MPF e pelo elevado volume de trabalho existente na Procuradoria. <u>PRM/Foz do Iguaçu</u> - Alexandre Halfen da Porciúncula: não comparece às audiências previdenciárias. - Andréia Pistono Vitalino: não compareço às cíveis de natureza previdenciária. - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior: Devido ao grande número de feitos e à quantidade de audiências, não comparece, por exemplo, às audiências de ações previdenciárias em que atua como <i>custos legis</i>. - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues: Devido ao grande número de feitos e à quantidade de audiências, não comparece, por exemplo, às audiências de ações previdenciárias em que atua como <i>custos legis</i>. - Alexandre Collares Barbosa: Excepcionalmente deixa de comparecer em suspensões condicionais do processo por necessidade de serviço. <u>PRM/Jacarezinho</u> *</p>

	<p>- Gustavo de Carvalho Guadanhin: não participo das audiências do Juizado Especial, mas desde logo é feita manifestação de mérito.</p> <p><u>PRM/Londrina</u></p> <p>- Cíntia Maria de Andrade: não comparece nas audiências do JEF Cível.</p> <p>- Danielle Dias Curvelo: não compareço às audiências designadas pelo 2º Juizado Especial Federal em razão do volume de trabalho e horários coincidentes com audiências da Vara Federal Criminal.</p> <p>- João Akira Omoto: nas ações em que o Ministério Público é parte, este Procurador comparece em todas as audiências. Quando o MPF atua como fiscal da lei, este Procurador comparece quando há efetiva necessidade tendo em vista a situação de vulnerabilidade do tutelado.</p> <p>- José Mauro Luizão: Não comparece nas audiências previdenciárias.</p> <p>- Luiz Antônio Ximenes Cibin: a ausência se dá apenas quando se trata de atuação como fiscal da lei e as partes do processo estão devidamente representadas por advogado. Por tal razão, nestes casos excepcionais, privilegia-se o trabalho em gabinete.</p> <p><u>PRM/Maringá</u></p> <p>- Carlos Alberto Sztoltz: quando há coincidência de horário entre uma audiência criminal e uma Vara do Juizado Especial a preferência é para a audiência criminal; em todo caso a ausência é justificada mediante, via de regra, ligação telefônica.</p> <p>- Eloísa Elena Machado: quando há coincidência de horário entre uma audiência criminal e audiência da Vara do Juizado Especial a preferência é para a audiência criminal; em todo caso a ausência é justificada mediante, via de regra, ligação telefônica. Como exemplo, dia 20/3/2012 houve designação de duas audiências: 15h30 – Vara Federal Criminal, Processo nº 5009538-25.2011.404.7003 e 16h – 2º JEF, Processo nº 5002970-90.2011.404.4003; justificada a ausência no JEF em razão do comparecimento na audiência criminal.</p> <p><u>PRM/Paranavaí</u></p> <p>– Gustavo de Carvalho Guadanhin: não participo das audiências de Juizado Especial, mas desde logo é feita a manifestação de mérito.</p>
<p>17) Faz levantamento físico (inventário) dos autos e documentos?</p> <p>17.1) Quando assumiu o ofício fez levantamento físico?</p>	<p style="text-align: center;"><u>LEVANTAMENTO FÍSICO DOS AUTOS/DOCUMENTOS</u></p> <p>26 membros responderam sim*</p> <p>1 membro respondeu não</p> <p><u>PRM/Pato Branco</u></p> <p>- Rui Maurício Ribas Rucinsky.</p> <p>1 membro respondeu não se aplica</p> <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <p>- Luis Wanderly Gazoto: tudo está no E-proc.</p> <p style="text-align: center;"><u>LEVANTAMENTO DO OFÍCIO NA CHEGADA</u></p> <p>21 membros responderam sim</p> <p>4 membros responderam não</p> <p><u>PRM/Campo Mourão</u></p> <p>- Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <p>- Fernando Amorim Lavieri</p> <p><u>PRM/Ponta Grossa</u></p> <p>-Oswaldo Soweck Júnior</p> <p><u>PRM/União da Vitória</u></p>

- Eduardo Alves Fonte.
1 membro respondeu não se aplica
PRM/Umuarama
 - Luis Wanderly Gazoto: tudo está no E-proc.
1 membro não respondeu:
PRM/Umuarama
 -Robson Martins
Não há procurador lotado na PRM/Guarapuava

18) Outras informações relevantes

PRM/Cascavel
 - Carlos Henrique Macedo Bara: Cumpre ressaltar que a PRM/Cascavel teve, nos anos de 2009, 2010 e 2011, em números absolutos, a 6ª maior quantidade de manifestações em processos e procedimentos do Brasil, levando-se em consideração somente as Procuradorias da República em Municípios, conforme tabela a seguir:

Posição	Unidade	2009	2010	2011	Total	Quantidade de Membros
1	Foz do Iguaçu/PR	40406	55068	28780	124254	6
2	Santos/SP	24761	27550	15378	67689	7
3	Campinas/SP	24165	25141	17278	66584	7
4	Guarulhos/SP	22840	23600	15605	62045	7
5	São João do Meriti/RJ	21065	21288	10110	52463	5
6	Cascavel/PR	19661	18129	12603	50393	2
7	Londrina/PR	17809	20641	9913	48363	5
8	São José do Rio Preto/SP	18723	15885	9282	43890	4
9	Bauru/SP	15346	15791	9878	41015	4
10	Ribeirão Preto/SP	14150	16051	10463	40664	5

(dados obtidos em: <http://www.transparencia.mpf.gov.br/estatisticas/estatisticas>)

A PRM/Cascavel fica atrás somente de Unidades com um número muito maior de membros, quais sejam, Foz do Iguaçu (6 membros), Santos (7 membros), Campinas (7 membros), Guarulhos (7 membros), São João do Meriti (5 membros).

E mais, a PRM/Cascavel tem a 2ª maior média de manifestações em processos e procedimentos por número de membros, conforme tabela a seguir, só perdendo para a PRM/Umuarama, a qual terá sua movimentação processual e procedimental sensivelmente diminuída após a lotação de Procurador da República para atuar perante a Justiça Federal de Guaíra.

Posição	Unidade	2009	2010	2011	Total	Quantidade de Membros	Total por Membro
1	Umuarama/PR	8805	13236	8715	30756	1	30756
2	Cascavel/PR	19661	18129	12603	50393	2	25197
3	Foz do Iguaçu/PR	40406	55068	28780	124254	6	20709
4	Feira de Santana/BA	10842	5585	3404	19831	1	19831
5	Presidente Prudente/SP	11893	16082	11189	39164	2	19582
6	Juiz de Fora/MG	13749	15537	9163	38449	2	19225
7	Uberlândia/MG	15182	12639	9113	36934	2	18467
8	Governador Valadares/MG	11831	12870	8910	33611	2	16806
9	Ponta Porã/MS	13218	7794	6331	27343	2	13672
10	São José do Rio Preto/SP	18723	15885	9282	43890	4	10973

(dados obtidos em: <http://www.transparencia.mpf.gov.br/estatisticas/estatisticas>)

PRM/Francisco Beltrão

- **Marcelo Godoy:** é relevante informar que apenas os procedimentos extrajudiciais criminais não são enviados à 2ª CCR, sendo arquivados perante o Juízo Federal. Os demais procedimentos são sempre encaminhados às CCRs.

PRM/Guarapuava

– Orlando Martello Júnior: A PRM Guarapuava está sem procurador em exercício há quase 3 (três) anos em virtude da lotação provisória de Mônica Dorotéia Bora em Curitiba e licença sem vencimento. Desde então essa PRM vem sendo atendida por itinerância semanalmente com alternância de procuradores.

PRM/Londrina

- **Cíntia Maria de Andrade:** A Procuradora signatária, nos últimos 12 meses, ficou afastada de suas funções nos seguintes períodos: 21/3/11 a 19/4/11 (férias); 2/5/11 a 8/5/11 (licença médica); 9/6/11 a 23/6/11 (licença médica); 27/6/11 a 12/7/11 (férias); 13/7/11 a 8/1/12 (licença-maternidade); 9/1/12 a 22/1/12 (férias); 23/1/12 a 17/2/12 (licença-prêmio); 22/2/12 a 22/3/12 (férias), retornando na presente data.

- **Danielle Dias Curvelo:** Apesar de ser responsável por 1/3 da distribuição de feitos criminais da unidade de Londrina-PR e por atuar como *custos legis* perante um dos três Juizados Especiais Federais de Londrina-PR, assim como os outros dois membros que atuam no ofício criminal, durante o ano de 2011, tive uma equipe de assessores menor que a dos outros dois procuradores. Enquanto os outros dois membros tinham em seus gabinetes lotados dois analistas processuais e um técnico-administrativo detentor de FC-2, meu gabinete contava com apenas um analista processual e um técnico administrativo detentor de FC-2. Esclareço que após a orientação da chefia da PR/PR, na Procuradoria da República no município de Londrina-PR, os técnicos administrativos não detentores de função de assessoria não mais auxiliam os procuradores na atividade-fim. Assim sendo, embora o meu gabinete contasse com 4 servidores, apenas dois me auxiliam na atividade-fim, enquanto os outros membros dos ofícios criminais contavam com três servidores para auxiliá-los na atividade-fim. A distribuição de servidores na PRM de Londrina-PR é feita de acordo com a antiguidade dos membros. Contudo, com a destinação em dezembro de 2011 de um CC-2 a esta unidade, passei a contar com mais um analista em meu gabinete, a partir de janeiro de 2012, em razão de troca efetuada com o Dr. Luiz Antônio Ximenes Cibin, procurador mais recente do que eu na unidade. A lotação de mais um analista agilizou os serviços do gabinete, que encontrava-se com diversos inquéritos com vista, pendentes de manifestação. No último ano, conforme tabela anexa, atuei, quase todos os meses acumulando o meu ofício com um dos ofícios dos demais membros da área criminal. Devido ao afastamento da Dra. Cíntia Maria de Andrade (férias, licença-prêmio, licença-maternidade e licença-saúde), de junho de 2011 a março de 2012, sugeri o realocamento temporário dos funcionários de seu gabinete no meu gabinete e no outro ofício criminal, como forma de melhor coordenar os trabalhos durante a ausência da Procuradora. Contudo, a minha sugestão não foi acatada, o que dificultou a organização dos trabalhos do gabinete vago. Uma das dificuldades encontradas, a título de exemplo, foi a ausência de consulta/comunicação prévia das datas de férias dos servidores daquele ofício. Em razão disso, tive que adaptar as férias dos servidores do meu gabinete e adiar as férias do exercício de 2011 da minha analista, para o ano de 2012, para evitar prejuízos ao bom andamento dos serviços. Em razão da situação excepcional acima relatada, consulto a Egrégia Corregedoria-Geral do Ministério Público Federal,

	<p>se há um procedimento a ser seguido, quando houver longos afastamentos do titular de um ofício.</p> <p>- João Akira Omoto: Há imensa demanda sobre a analista pericial em antropologia (lotada nesta PRM-Londrina), não tendo sido disponibilizado um instrumento informatizado de controle desses trabalhos no âmbito desta PRM. No intuito de corrigir tal situação, e por iniciativa desta PRM, vem sendo estudado a implantação de um aplicativo (utilizado na Procuradoria da República do Estado de São Paulo) a fim de garantir um melhor controle dos trabalhos pela analista pericial, bem como para que os demais colegas tenham conhecimento da sua demanda de trabalho e ponderem o estabelecimento de prazos exíguos quando da solicitação de informação/parecer técnico.</p> <p><u>PRM/Maringá</u></p> <p>- Carlos Alberto Sztoltz, Eloísa Elena Machado e Natalício Claro da Silva: Atualmente a PRM Maringá conta com 03 (três) Procuradores da República para atender 38 municípios com um total de 778.042 habitantes, enquanto a Subseção Judiciária de Maringá, estruturada de forma muito mais ampla, possui 12 Juízes (um no CNJ) para atendimento à 06 (seis) Varas Federais, sendo 01 (uma) Vara Federal de Execuções Fiscais, 02 (duas) Varas do Juizado Especial Federal, 02 (duas) Varas Federais Cíveis e 01 (uma) Vara Federal Criminal. Considerando que o ofício criminal vem absorvendo muito o trabalho hoje realizado pelos Procuradores da Unidade, em especial pelas audiências que ocorrem no período vespertino, há necessidade de no mínimo mais 02 (dois) Procuradores a serem lotados na PRM Maringá.</p>
--	---

* Os questionários das PRMs Guarapuava e Jacarezinho foram respondidos pelos Dr. Orlando Martello Júnior e Dr. Gustavo de Carvalho Guadanhin, respectivamente, ante a ausência de membros lotados nas referidas PRMs.

4.2.4 Relacionamento externo

<p>1) Qualificação do relacionamento com juízes, serventuários, policiais estaduais/federais, advogados públicos e privados, defensores públicos e organizações não-governamentais</p>	<p>25 membros consideram bom</p> <p><u>PRM/Apucarana</u></p> <p>- Marcelo de Souza</p> <p><u>PRM/Campo Mourão</u></p> <p>- Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira</p> <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <p>- Carlos Henrique Macedo Bara</p> <p>- Monique Cheker de Souza</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <p>- Alexandre Halfen da Porciúncula</p> <p>- Andréia Pistono Vitalino</p> <p>- Alexandre Collares Barbosa</p> <p>- Fernando Amorim Lavieri</p> <p><u>PRM/Francisco Beltrão</u></p> <p>- Marcelo Godoy</p> <p><u>PRM/Guarapuava *</u></p> <p>- Orlando Martello Jr</p> <p><u>PRM/Jacarezinho *</u></p> <p>- Gustavo de Carvalho Guadanhin</p>
--	--

	<p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo - João Akira Omoto - José Mauro Luizão - Luiz Antônio Ximenes Cibir. <p><u>PRM/Maringá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Alberto Sztoltz - Eloísa Elena Machado - Natalício Claro da Silva <p><u>PRM/Paranavaí</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gustavo de Carvalho Guadanhin: os juízes e demais agentes públicos compreendem a designação especial que possui na PRM Jacarezinho e gentilmente concentram as audiências em data em que o comparecimento pessoal do membro do MPF é possível. <p><u>PRM/Pato Branco</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Rui Maurício Ribas Rucinski <p><u>PRM/Ponta Grossa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo Soweck Júnior <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Robson Martins - Luís Wanderley Gazoto. <p><u>PRM/União da Vitória</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Alves Fonte <p>3 membros consideram regular</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior e Rhayssa Castro Sanches Rodrigues: o relacionamento com o Judiciário é ruim. Algumas funções que deveriam ser executadas por servidores do Judiciário nos são repassadas, como a obrigação de juntar antecedentes, de efetuar consultas de endereços e até mesmo de verificar a lotação atual de testemunhas. <p><u>PRM/Paranaguá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alessandro José Fernandes de Oliveira
<p>2) Relacionamento com colegas e servidores</p>	<p>27 membros consideram bom</p> <p><u>PRM/Apucarana</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo de Souza <p><u>PRM/Campo Mourão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monique Cheker de Souza - Carlos Henrique Macedo Bara <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alexandre Halfen da Porciúncula - Andréia Pistono Vitalino - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues - Alexandre Collares Barbosa - Fernando Amorim Lavieri <p><u>PRM/Francisco Beltrão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo Godoy <p><u>PRM/Guarapuava *</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Orlando Martello Jr (Procurador-Chefe da PR/PR): a equipe de servidores da

	<p>PRM/Guarapuava é excelente e responsável, o que facilita a administração daquela PRM mesmo sem procurador.</p> <p><u>PRM/Jacarezinho*</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gustavo de Carvalho Guadanhin: são dignas de nota o tratamento cordial entre todos os trabalhadores do local, independente do cargo ou da função que desempenham, entre si e em relação a terceiros, com episódios isolados de desentendimentos, razão pela qual o ambiente de trabalho é adequado e as pessoas possuem bom entrosamento. Além disso, a rede é bem organizada e todos trabalham para evitar desperdício de papel e outros materiais públicos, otimizando a sua utilização. <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo - João Akira Omoto - José Mauro Luizão - Luiz Antônio Ximenes Cibin <p><u>PRM/Maringá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Alberto Sztoltz - Eloísa Elena Machado - Natalício Claro da Silva <p><u>PRM/Paranavaí</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gustavo de Carvalho Guadanhin <p><u>PRM/Pato Branco</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Rui Maurício Ribas Rucinski <p><u>PRM/Ponta Grossa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo Soweck Júnior <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Robson Martins - Luís Wanderley Gazoto <p><u>PRM/União da Vitória</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Alves Fonte <p>1 membro considerou regular</p> <p><u>PRM/Paranaguá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alessandro José Fernandes de Oliveira
--	--

* Os questionários das PRMs Guarapuava e Jacarezinho foram respondidos pelos Dr. Orlando Martello Júnior e Dr. Gustavo de Carvalho Guadanhin, respectivamente, ante a ausência de membros lotados nas referidas PRMs.

4.2.5 Dificuldades enfrentadas no desempenho das funções	
1) Está satisfeito(a) com a divisão temática do trabalho?	<p>19 membros responderam sim</p> <p><u>PRM/Apucarana</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo de Souza <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Monique Cheker de Souza - Carlos Henrique Macedo Bara <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alexandre Collares Barbosa - Alexandre Halfen da Porciúncula - Andréia Pistono Vitalino - Fernando Amorim Lavieri <p><u>PRM/Londrina</u></p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Cíntia Maria de Andrade - Danielle Dias Curvelo - João Akira Omoto - José Mauro Luizão - Luiz Antônio Ximenes Cibin <p><u>PRM/Maringá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Alberto Sztoltz - Eloisa Elena Machado - Natalício Claro da Silva <p><u>PRM/Pato Branco</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Rui Maurício Rucinski <p><u>PRM/Ponta Grossa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo Soweck Júnior <p><u>PRM/União da Vitória</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -Eduardo Alves Fonte <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Luís Wanderley Gazoto <p>3 membros responderam não:</p> <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Osvaldo dos Santos Heitor Júnior: não há divisão temática - Rhayssa Castro Sanches Rodrigues: não há divisão temática <p><u>PRM/Umuarama</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Robson Martins <p>5 membros responderam não se aplica:</p> <p><u>PRM/Campo Mourão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira <p><u>PRM/Francisco Beltrão</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo Godoy <p><u>PRM/Jacarezinho*</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gustavo de Carvalho Guadanhin <p><u>PRM/Paranaguá</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alessandro José Fernandes de Oliveira <p><u>PRM/Paranavaí</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gustavo de Carvalho Guadanhin <p>Não há procurador lotado na PRM/Guarapuava*</p>
<p>2) Está satisfeito(a) com o sistema de distribuição de expedientes/procedimentos extrajudiciais e judiciais?</p>	<p>17 membros responderam sim</p> <p><u>PRM/Apucarana</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Marcelo de Souza <p><u>PRM/Cascavel</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Henrique Macedo Bara - Monique Cheker. <p><u>PRM/Foz do Iguaçu</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Alexandre Collares Barbosa - Andréia Pistono Vitalino - Fernando Amorim Lavieri <p><u>PRM/Londrina</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Cíntia Maria de Andrade <p>-Luis Antônio Ximenes Cibin somente com a vinda de outro(s) membro(s) para a unidade, poder-se-á desempenhar satisfatoriamente as atribuições concernentes ao ofício da 5ª CCR, uma vez que são muitos os municípios da área de atuação da PRM/Londrina e um único membro para acompanhar</p>

tanto volume de recursos federais é absolutamente inviável. Tenta-se, neste gabinete, atuar preventivamente, de modo a evitar a dilapidação do erário, e, para tanto, foram instaurados de ofício vários procedimentos investigatórios de mero acompanhamento da gestão dos recursos recebidos por entes públicos e privados. Obviamente que a repartição de tarefas entre dois ou mais membros produziria resultados muito melhores do que hoje obtemos. Ainda, é urgente a necessidade da nomeação de pelo menos 2 (dois) analistas processuais para atender a enorme demanda da unidade.

Por fim, em razão da multidisciplinaridade da matéria afeta à 5ª CCR, para instrução dos procedimentos investigatórios e mesmo manifestação em autos judiciais, requer-se rotineiramente a análise de documentos contábeis e financeiros. Portanto, urge ser nomeado um analista pericial em contabilidade para a PRM Londrina, o qual inclusive poderá atender PRM's próximas, contribuindo para descentralizar a demanda que atualmente é atendida somente na capital.

- João Akira Omoto

- José Mauro Luizão

PRM/Maringá

- Carlos Alberto Sztoltz

- Eloísa Helena Machado

- Natalício Claro da Silva

PRM/Pato Branco

- Rui Maurício Ribas Rucinski

PRM/Ponta Grossa

- Osvaldo Soweck Júnior

PRM/Umuarama

- Luís Wanderley Gazoto

PRM/União da Vitória

- Eduardo Alves Fonte

4 membros responderam não:

PRM/Foz do Iguaçu

- Alexandre Halfen da Porciúncula: não há paridade

- Osvaldo dos Santos Heitor Júnior

- Rhayssa Castro Sanches Rodrigues

PRM/Londrina

- Danielle Dias Curvelo: de acordo com a Resolução nº 1/2012, a distribuição dos feitos criminais ficou repartida, em tese, em três partes iguais. Contudo, com a instalação do sistema E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e a tramitação direta dos inquéritos policiais, acredito que a referida divisão não é mais a ideal, pois não otimiza os trabalhos da unidade. É que, quando se ajuíza uma ação penal relativa a um inquérito policial que ainda tramita pelo "meio físico", ela recebe um nono número e, nos inquéritos mais recentes, é distribuído aleatoriamente entre o Juiz Federal Titular e o Juiz Federal Substituto da Vara Federal Criminal. Assim sendo, é comum que uma ação penal ajuizada por um membro, em virtude da distribuição ao Juízo e da nova numeração, passe a ser distribuída a um outro procurador. Desta forma, é necessário novo estudo do feito tanto pelo membro, quanto pelos assessores, para acompanhamento da novel ação penal, enquanto a outro equipe e o outro procurador já possuem pleno conhecimento dos fatos, prejudicando a celeridade e a eficiência do serviço da Procuradoria.

6 membros responderam não se aplica:

PRM/Campo Mourão

- Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira

	<p><u>PRM/Francisco Beltrão</u> - Marcelo Godoy</p> <p><u>PRM/Jacarezinho*</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin</p> <p><u>PRM/Paranaguá</u> - Alessandro José Fernandes de Oliveira</p> <p><u>PRM/Paranavaí</u> - Gustavo de Carvalho Guadanhin</p> <p><u>PRM/Umuarama</u> - Robson Martins</p> <p>*Não há procurador lotado na PRM/Guarapuava</p>
<p>3) Atos normativos que regulam a distribuição e divisão temática na Unidade, com eventuais observações (informação do Relator da Comissão de Correição)</p>	<p style="text-align: center;">PRM/Apucarana</p> <p>Todos de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais são distribuídas ao membro, único lotado na unidade. Os prazos são controlados por meio do sistema único. Em conformidade com CNMP n. 13/06/ e 23/07, Resoluções CSMPF n. 77/04 e 87/10.</p> <p style="text-align: center;">PRM/ Campo Mourão</p> <p>Como se trata de PRM com único membro, a distribuição é feita unicamente para ele. Há na PRM/CMO um setor destinado apenas à análise e acompanhamento dos procedimentos administrativos. Um servidor, que possui a função de assessor jurídico, faz o acompanhamento e controle dos prazos. Todo documento que chega é encaminhado ao gabinete para análise de autuação. Se for o caso, é realizado um despacho determinando sua autuação, com as providências julgadas necessárias para cada caso e o documento é encaminhado ao setor de procedimentos administrativos para autuação e providências. Os processos judiciais que entram na PRM seguem para a Coordenação Administrativa onde são recebidos e é feita classificação dos feitos e são estabelecidas as prioridades. Seguem, então, para o setor jurídico ou diretamente para o gabinete, dependendo do caso, onde são recebidos e são realizadas as manifestações mais urgentes. Para o controle dos prazos de autos administrativos (PI, PA, PIC, ICP), além da consulta no sistema único, foi elaborado uma planilha de dados, atualizada diariamente, para acompanhamento dos prazos de vencimentos e para localização de informações, tais como pessoas representadas e interessadas, tema, Câmara, último trabalho realizado, data de autuação e vencimento e localização na repartição.</p> <p style="text-align: center;">PRM/Cascavel</p> <p>A sistemática de distribuição dos feitos extrajudiciais é feita automaticamente pelo Sistema Único. Dos feitos judiciais a distribuição automatizada está sendo implementada (previsão para segunda quinzena de abril de 2012). A autuação dos procedimentos administrativos é feita diretamente pela Subjur conforme determinado na portaria 19/2009/PRM/Cascavel. Não há qualquer norma que trate da movimentação de autos. O sistema de controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentais e da permanência de autos e expedientes sem manifestação ocorre da seguinte forma:</p> <p>Gab. Dr. Carlos: os prazos processuais são controlados manualmente e também colocados em uma tabela alimentada pelos analistas processuais, a fim de manter a organização e controle dos feitos judiciais. Com relação aos procedimentos e peças informativas, a Subcoordenadoria Jurídica da</p>

PRM/Cascavel procede ao devido controle, com base no sistema único, através de certidão juntada aos autos acerca do vencimento do prazo de tramitação.

Gab. Dra. Monique:

Os prazos processuais são controlados manualmente caso a caso, pelo servidor a quem foi distribuído o feito.

Os prazos procedimentais são controlados pela Subcoordenadoria Jurídica da PRM/Cascavel, com base no sistema único, através de certidão juntada aos autos acerca do vencimento do prazo de tramitação. Também há controle caso a caso pelo servidor a quem foi distribuído o feito.

PRM/Foz do Iguaçu

As normas adotadas para atuação e movimentação de procedimentos administrativos são as Portarias ADM.PRM/FI/PR nº 01/2011 e ADM.PRM/FI/PR nº 07/2012. Cada membro efetua o controle de seu gabinete quanto ao cumprimento de prazos processuais e procedimentais e da permanência dos autos e expedientes sem manifestação.

PRM/Francisco Beltrão

As normas adotadas para atuação e movimentação de procedimentos administrativos são as Resoluções do CNMP e do CSMPF pertinentes ao trâmite do PIC e do ICP, bem como também com base na Ordem de Serviço PRM-FB nº 01, de 19/04/2010. O sistema de controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentais e da permanência de autos e expedientes sem manifestação ocorre por meio do sistema Único e, quanto aos prazos procedimentais extrajudiciais, também por meio do sistema GroupWise da Novell e por etiquetamento físico nos autos de Procedimento Administrativo.

PRM/Guarapuava

As normas adotadas para atuação e movimentação de procedimentos administrativos são as Resoluções CNMP nº 23, 1709/07, CNMP nº 13, 02/10/06, CSMPF nº 77, 14/09/04 e CSMPF 87/2006. O sistema de controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentos e da permanência de autos e expedientes sem manifestação é feito pela assessoria manualmente, tendo em vista que o sistema E-proc apresenta as informações referentes aos prazos a serem cumpridos.

PRM/Jacarezinho

Em razão de existir apenas um ofício nesta PRM, a distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policiais, processos judiciais cíveis e criminais é efetuada para esse único ofício. A movimentação dos procedimentos administrativos segue o esquema listado a seguir:

1. A comunicação inicial (ofício, termo de declaração, denúncia) é recebida e registrada no Sistema Único do MPF;
2. Tal comunicação inicial é analisada pelo Procurador da República, para que seja atuada como uma Peça de Informação, ou outro procedimento em razão do tema descrito nela;
3. A atuação é registrada no Sistema Único, gerando um número de identificação para o procedimento;
4. Dependendo do assunto e sua extensão, determina-se a instauração de Inquérito Policial, ou mantém-se o procedimento na Procuradoria para que sejam efetivados maiores levantamentos dos fatos narrados na inicial;
5. A tramitação dos procedimentos que ficam nesta PRM leva em conta a reserva do possível, uma vez que temos apenas uma Analista Processual, única servidora do quadro que possui formação jurídica;

6.A prioridade na tramitação dos procedimento é definida em função da extensão dos fatos investigados, a fim de que aqueles que descrevem condutas mais lesivas aos interesses coletivos ou se relacionem a bens de maior valor social tenham uma tramitação mais célere;

7.A organização dos procedimentos leva em conta, além da prioridade na tramitação, a divisão pelos temas e a fase de tramitação (aguardando respostas a ofícios, concluso para deliberação).

O sistema de controle do cumprimento dos prazos processuais e procedimentais é feito usando o que é disponibilizado pelo Sistema Único. Utilizam-se também planilhas próprias, onde é realizado o registro e controle dos processos recebidos para manifestação no sistema E-Proc da Justiça Federal. O controle dos prazos concedidos para o recebimento das respostas aos ofícios expedidos por esta Procuradoria também é feito, de forma paralela ao Sistema Único, por servidor em registros manuais.

PRM/Londrina

A distribuição de representações e outros expedientes administrativos cíveis e criminais, inquéritos policias, processos judiciais cíveis e criminais segue a Resolução nº 01/2010, de 17/05/2010. A autuação e movimentação de procedimentos administrativos segue a Resolução nº 01/2010, de 17/05/2010, cuja cópia segue anexa. O controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentais é realizado por cada gabinete/Ofício, segundo as normas e Resoluções existentes e já indicadas nos questionários enviados pelos Procuradores à Corregedoria.

PRM/Maringá

A PRM Maringá disciplina a distribuição dos feitos judiciais, inquéritos policiais, feitos administrativos e documentos, conforme regras previstas na Portaria nº 02, de 24 de agosto de 2011 (cópia em anexo). Registre-se que a partir de abril de 2012 a distribuição de feitos judiciais também será automática, considerando implantação da referida rotina na Procuradoria da República no Paraná e municípios. A distribuição dos feitos administrativos é realizada automaticamente pelo Sistema Único e vincula o Procurador da República designado a todos os atos e ações dele originados. Os feitos que forem objeto de desmembramento permanecem vinculados ao Procurador da República que determinou a medida, exceto quando se tratarem de fatos ou municípios diversos com possibilidade de investigação em separado. Nesse caso, há distribuição manual com compensação nas distribuições futuras. Havendo identidade quanto às partes e fatos relatados em feito administrativo já existente, considera-se prevento o Procurador da República responsável pelo feito distribuído em primeiro lugar no Sistema Único. Nesse caso a distribuição é realizada manualmente com devida compensação nas distribuições futuras. Há controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentais pelos próprios gabinetes/Ofícios. O controle é efetuado por meio do próprio Sistema Único e fisicamente pela assessoria e Procurador da República, por meio de relatórios eventualmente emitidos pelo Sistema Único ou relatórios encaminhados pela Coordenadoria Jurídica da Procuradoria da República no Paraná/PGR solicitando conferência de dados.

PRM/Paranaguá

Ofício Único.

PRM/Paranavaí

A PRM possui apenas um Ofício. Todos os autos judiciais são analisados em sua entrada física na PRM, bem como através do Painel do Analista no sistema E-proc, pela assessoria do gabinete, separando-se os que possuem prazo, os quais são cumpridos tempestivamente pelo gabinete. Os demais

ficam a cargo da assessoria do gabinete, e as manifestações são realizadas no menor prazo possível. Os prazos procedimentais são controlados através de planilha que apontam os vencimentos do autos extrajudiciais e também por meio de etiquetas nas capas dos autos, sendo a referida planilha verificada, via de regra, semanalmente. Os autos extrajudiciais com prazo vencido e sem manifestação são guardados em local diferente dos procedimentos que aguardam informações de terceiros, para melhor visualização do trabalho a ser executado e para que sejam feitas as manifestações com a maior brevidade possível.

PRM/Pato Branco

A PRM possui apenas um ofício. O sistema de substituição entre as unidades obedece às normas e procedimentos engendrados pela PR/PR através da Coordenadoria Jurídica e Gabinete do PRC respectivos, ao passo em que as normas adotadas para autuação e movimentação de procedimentos administrativos são aquelas estabelecidas pelas câmaras de coordenação e revisão e pela PFDC, conforme o caso. o controle de prazos de feitos extrajudiciais se dá através do Sistema Único, mas, principalmente, por meio do uso de etiquetas afixadas nas capas dos autos, procedimento este que facilita sobremaneira a dinâmica de condução tempestiva dos apuratórios. Relativamente aos autos judiciais, também o Sistema Único serve de ferramenta para o controle, porém é necessário mencionar que o mecanismo que se revela mais adequado ainda é aquele feito pelo efetivo de servidores da unidade mediante exame específico dos autos com a finalidade de formular juízo quanto a sua urgência, em ordem a organizar o trabalho da assessoria jurídica para a confecção das peças respectivas no momento adequado. Inclusive no que pertine aos prazos ditos impróprios, há esforço coletivo no sentido de cumpri-los.

PRM/Ponta Grossa

PRM com apenas um membro que responde por todos os processos judiciais e administrativos da Unidade. São adotadas na Unidade as seguintes normas: Instrução Normativa nº 01, de 30 de dezembro de 2002 (estabelece normas e procedimentos para a autuação de expedientes, bem como para o controle e tramitação de documentos e processos administrativos), Portaria do Vice-Procurador-Geral da República nº 03, de 07 de dezembro de 2002 (institui a sistemática de numeração única de processos pelas unidades e subunidades protocolizadoras do MPF); Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006 do Conselho Nacional do Ministério Público; Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público; Resolução nº 77, de 14 de setembro de 2004, do Conselho Superior do Ministério Público; Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal. É realizado o controle manual dos prazos processuais pelos analistas e assessores responsáveis pelo acompanhamento dos autos. Quanto aos prazos procedimentais, há controle realizado mediante conferência física e consulta ao Sistema Único.

PRM/Umuarama

Os processos judiciais cíveis e criminais são divididos de acordo com a Vara Federal perante a qual tramitam, sendo incumbência do Procurador da República Robson Martins atuar em tais feitos oriundos da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Umuarama/PR e Vara Federal da Subseção Judiciária de Guaíra/PR, remanescendo ao Procurador da República Dr. Luís Wanderley Gazoto os feitos em trâmite perante a 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal, ambas da Subseção Judiciária de Umuarama/PR. No que tange às representações, inquéritos policiais e outros expedientes administrativos

	<p>cíveis e criminais, a distribuição entre os Procuradores da República ocorre em conformidade com a classificação do número sequencial constante no registro, os ímpares são atribuídos ao Procurador Luís Wanderley Gazoto e os pares ao Procurador Robson Martins. Os expedientes recebidos são despachados inicialmente pelo Procurador Coordenador Robson Martins, e, após a autuação obedecem aos critérios de livre distribuição da Unidade, conforme especificado anteriormente, exceto casos de prevenção ou desmembramento de feitos já instaurados. O sistema de controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentais e da permanência de autos e expedientes sem manifestação é realizado por intermédio dos Sistema Único do MPF e E-proc da JF.</p> <p style="text-align: center;">PRM/União da Vitória</p> <p>Ofício Único. O sistema de controle do cumprimento de prazos processuais e procedimentais e da permanência de autos e expedientes sem manifestação ocorre através do Sistema Único.</p>
--	--

4.1.6 Sugestões para a melhoria dos serviços (PRM)

PRM/Apucarana	
Marcelo de Souza	Não respondeu.
PRM/Campo Mourão	
Lyanna Helena Joppert Kalluf Pereira	Necessidade de mais servidores devidamente habilitados para execução de atividade fim. Suficiência no âmbito administrativo.

PRM/Cascavel	
Carlos Henrique Macedo Bara	Aumento do número de membros (especialmente pelo enorme volume de trabalho, o que se demonstra pelas estatísticas geradas pelo único e em razão da criação da procuradoria-polo) e servidores, na medida em que a demanda de trabalho (sem considerar a reprimida) é extraordinariamente elevada se cotejada com qualquer outra procuradoria do Brasil, o que compromete de forma substancial a qualidade do trabalho e o desempenhos das atribuições constitucionais.
Monique Checker	Faz-se necessária a lotação urgente de pelo menos mais um Procurador da República na Unidade, bem como de analistas processuais, em virtude da demanda de trabalho atualmente existente na PRM/Cascavel, que vem comprometendo de forma substancial a qualidade do trabalho e o desempenho das atribuições constitucionais. Cumpre ressaltar que a PRM/Cascavel teve, nos anos de 2009, 2010 e 2011, em números absolutos, a 6ª maior quantidade de manifestações em processos e procedimentos do Brasil, levando-se em consideração as Procuradorias da República em Municípios, conforme tabela a seguir:

Posição	Unidade	2009	2010	2011	Total	Quantidade de Membros
1	Foz do Iguaçu/PR	40406	55068	28780	124254	6
2	Santos/SP	24761	27550	15378	67689	7
3	Campinas/SP	24165	25141	17278	66584	7
4	Guarulhos/SP	22840	23600	15605	62045	7
5	São João do Meriti/RJ	21065	21288	10110	52463	5
6	Cascavel/PR	19661	18129	12603	50393	2
7	Londrina/PR	17809	20641	9913	48363	5
8	São José do Rio Preto/SP	18723	15885	9282	43890	4
9	Bauru/SP	15346	15791	9878	41015	4
10	Ribeirão Preto/SP	14150	16051	10463	40664	5

(dados obtidos em: <http://www.transparencia.mpf.gov.br/estatisticas/estatisticas>)

A PRM/Cascavel fica atrás somente de Unidades com um número **muito maior** de membros, quais sejam, Foz do Iguaçu (6 membros), Santos (7 membros), Campinas (7 membros), Guarulhos (7 membros), São João do Meriti (5 membros). Além disso, fica à frente de Procuradorias com o dobro ou mais de membros. E mais, a PRM/Cascavel teve a 2ª maior média de manifestações em processos e procedimentos por número de membros, conforme tabela a seguir, só perdendo para a PRM/Umuarama, a qual terá sua movimentação processual e procedimental sensivelmente diminuída após a lotação de Procurador da República para atuar perante a recentemente criada Justiça Federal de Guairá.

Posição	Unidade	2009	2010	2011	Total	Quantidade de Membros	Total por Membro
1	Umuarama/PR	8805	13236	8715	30756	1	30756
2	Cascavel/PR	19661	18129	12603	50393	2	25197
3	Foz do Iguaçu/PR	40406	55068	28780	124254	6	20709
4	Feira de Santana/BA	10842	5585	3404	19831	1	19831
5	Presidente Prudente/SP	11893	16082	11189	39164	2	19582
6	Juiz de Fora/MG	13749	15537	9163	38449	2	19225
7	Uberlândia/MG	15182	12639	9113	36934	2	18467
8	Governador Valadares/MG	11831	12870	8910	33611	2	16806
9	Ponta Porã/MS	13218	7794	6331	27343	2	13672
10	São José do Rio Preto/SP	18723	15885	9282	43890	4	10973

(dados obtidos em: <http://www.transparencia.mpf.gov.br/estatisticas/estatisticas>)

PRM/Foz do Iguaçu	
Alexandre Halfen da Porciúncula	Aumentar o link da internet.
Oswaldo dos Santos Heitor Júnior	Lotação de maior número de Procuradores da República, de analistas processuais, de técnicos administrativos, e de terceirizados (estes para efetuar serviços como cópias e digitalizações de processos, por exemplo, com grande demanda em virtude da utilização do sistema E-proc inclusive para feitos criminais). Construção da sede da PRM. Aumento urgente da velocidade de acesso à internet, de apenas 2MB para ser dividido entre todos da PRM com a maior movimentação processual do país, sendo considerável

	parte em sistema eletrônico. Adaptação do sistema único à realidade da PRM. Treinamento para membros e servidores sobre o sistema único, que não tem interface intuitiva. Auto-alimentação/interligação entre os sistemas único e E-proc. Melhorar na confiabilidade do sistema único.
Rhayssa Castro Sanches Rodrigues	Lotação de maior número de Procuradores da República, de analistas processuais, de técnicos administrativos, e de terceirizados (para efetuar serviços como cópias e digitalizações de processos, por exemplo, com grande demanda em virtude da utilização do sistema E-proc inclusive para feitos criminais). Construção da sede da PRM. Aumento urgente da velocidade de acesso à internet, de apenas 2MB para ser dividido entre todos da PRM com a maior movimentação processual do país, sendo considerável parte em sistema eletrônico. Em Foz do Iguaçu, os inquéritos policiais instaurados, as ações penais ajuizadas, os arquivamentos de representações fiscais dentre outras manifestações, tramitam em sistema eletrônico. Adaptação do sistema único à realidade da PRM. Treinamento para membros e servidores sobre o sistema único, que não tem interface intuitiva. Auto-alimentação/interligação entre os sistemas único e E-proc.
Alexandre Collares Barbosa	Necessidade de mais analistas e terceirizados para digitalização; mais um membro para tentar especializar a tutela coletiva.
Fernando Amorim Lavieri	Lotação de mais servidores e membros, de forma a fazer frente à imensa quantidade de serviço.

PRM/Francisco Beltrão	
Marcelo Godoy	A priorização da área fim com o aumento do número de Analistas ou cargos em comissão, tendo em vista que recentemente os técnicos administrativos não trazem conhecimentos jurídicos, sobretudo os do último concurso. Como se trata de uma PRM em fronteira e cidade relativamente pequena, não há uma fixação de servidores, trabalhando-se muito com novos na carreira.

PRM/Guarapuava	
Orlando Martello Jr.	Lotação efetiva de um membro na PRM-Guarapuava.

PRM/Jacarezinho	
Gustavo de Carvalho Guadanhin	a) em virtude da peculiaridade da Portaria d) resolver definitivamente a lotação provisória de mais de cinco anos do procurador que ocupa a vaga da PRM; e) em virtude do E-proc, possibilidade técnica de instalação de dois monitores para estagiários de direito.

PRM/Londrina	
Cíntia Maria de Andrade	<ul style="list-style-type: none"> – Entende urgente a lotação de procuradores para implementar a especialização integral na unidade, bem como permitir melhor desempenho das funções, especialmente em períodos de afastamentos de membros; – Investimentos em tecnologia para tornar mais ágil o processamento eletrônico. – Aquisição de sede própria, com espaço suficiente para a vinda de novos membros e servidores; – Aquisição de uma impressora para o gabinete da procuradora; – Disponibilização de telefone celular com acesso à internet para o

	servidor em plantão, a fim de possibilitar o acesso ao processo eletrônico da Justiça Federal de qualquer local.
Danielle Dias Curvelo	A lotação de mais dois analistas processuais de forma imediata. A alocação de CC-2 em todos os gabinetes. A construção da sede própria, para facilitar o acesso à Justiça Federal e do público à PRM de Londrina, e aprimorar a segurança de servidores, membros e documentos. O Ministério Público Federal já possui terreno ao lado do prédio da Justiça com espaço suficiente para construção da nova sede.
João Akira Omoto	Muito embora haja alto investimento nos recursos de informática, existe um comprometimento na eficiência desse serviço. Falta treinamento dos servidores e dos Procuradores para que obtenham conhecimento dos recursos e sistemas disponíveis para serem utilizados. Há elevado investimento em hardware sem que haja correspondente eficácia. Os softwares utilizados precisam aperfeiçoamento e a rede de transmissão e recepção de dados pela internet é muito lenta, o que prejudica o andamento do trabalho (especialmente após a implantação do Único).
José Mauro Luizão	Lotação de mais dois analistas processuais, para serem lotados em outros gabinetes, para completar o quadro de servidores da PRM. Melhoria dos recursos da internet e do sistema E-proc.
Luis Antônio Ximenes Cibin	Atuação preventiva na fiscalização da aplicação de recursos federais, com procedimentos de acompanhamento de gestão de recursos federais recebidos por entes públicos e privados. Foi elaborado, por este gabinete, um novo sistema de acompanhamento do recebimento de recursos oriundos de convênios federais, por meio da ferramenta eletrônica Twitter, com a finalidade de possibilitar ao cidadão a fiscalização destas verbas. (http://www.prpr.mpf.gov.br/unidades/londrina/convenios-prefeitura).

PRM/Maringá	
Carlos Alberto Sztoltz	Atualmente a PRM Maringá conta com 3 (três) Procuradores da República para atender 38 municípios com um total de 778.042 habitantes., enquanto a Subseção Judiciária de Maringá, estruturada de forma muito mais ampla, possui 12 Juízes (um no CNJ) para atendimento às 6 (seis) Varas Federais, sendo 1 (uma) Vara Federal de Execuções Fiscais, 2 (duas) Varas do Juizado Especial Federal, 2 (duas) Varas Federais Cíveis e 1 (uma) Vara Federal Criminal. Considerando que o ofício criminal vem absorvendo muito o trabalho hoje realizado pelos Procuradores da Unidade, em especial pelas audiências que ocorrem no período vespertino, há necessidade de no mínimo mais 2 (dois) Procuradores a serem lotados na PRM Maringá.
Eloísa Elena Machado	Atualmente a PRM Maringá conta com 3 (três) Procuradores da República para atender 38 municípios com um total de 778.042 habitantes., enquanto a Subseção Judiciária de Maringá, estruturada de forma muito mais ampla, possui 12 Juízes (um no CNJ) para atendimento às 6 (seis) Varas Federais, sendo 1 (uma) Vara Federal de Execuções Fiscais, 2 (duas) Varas do Juizado Especial Federal, 2 (duas) Varas Federais Cíveis e 1 (uma) Vara Federal Criminal. Considerando que o ofício criminal vem absorvendo muito o trabalho hoje realizado pelos Procuradores da Unidade, em especial pelas audiências que ocorrem no período vespertino, há necessidade de no mínimo mais 2 (dois) Procuradores a serem lotados na PRM Maringá.
Natalício Claro da Silva	Atualmente a PRM Maringá conta com 3 (três) Procuradores da República

	para atender 38 municípios com um total de 778.042 habitantes., enquanto a Subseção Judiciária de Maringá, estruturada de forma muito mais ampla, possui 12 Juízes (um no CNJ) para atendimento às 6 (seis) Varas Federais, sendo 1 (uma) Vara Federal de Execuções Fiscais, 2 (duas) Varas do Juizado Especial Federal, 2 (duas) Varas Federais Cíveis e 1 (uma) Vara Federal Criminal. Considerando que o ofício criminal vem absorvendo muito o trabalho hoje realizado pelos Procuradores da Unidade, em especial pelas audiências que ocorrem no período vespertino, há necessidade de no mínimo mais 2 (dois) Procuradores a serem lotados na PRM Maringá.
--	--

PRM/Paranaguá	
Alessandro José Fernandes de Oliveira	Mudanças de sede (tratativas em andamento); alocação de mais servidores na atividade fim, analistas processuais e periciais na área ambiental; tratativas institucionais para resolução ou mitigação dos inúmeras dificuldades decorrentes da implementação do Sistema de processos eletrônicos, principalmente nos ramos penal e processual penal.

PRM/Paranavaí	
Gustavo de Carvalho Guadanhin	Necessidade urgente, embora a situação perdure por mais de 2 (dois) anos de um link de internet banda larga (real) que possibilite a utilização do E-proc e do Sistema Único. Atualmente, a PRM Paranavaí possui um precário link via satélite, que está unicamente aqui e em outras quatro PRMs do Brasil, incluindo Tabatinga/AM onde não há cabeamento possível, situação bastante diversa desta localidade. A lentidão enfrentada frente a um sistema cada vez mais informatizado faz com que muitos servidores necessitem ficar na Procuradoria em horário superior ao serviço e chegou a nível emergencial com queda total de link, gerando a ordem de serviço em anexo. Além disso, gera necessidade constante (e não meramente eventual) de acesso do E-proc da residência deste membro para a prática dos atos processuais com celeridade.

PRM/Pato Branco	
Rui Maurício Rucinski	Não respondeu.

PRM/Ponta Grossa	
Oswaldo Soweck Júnior	1) Aumento da velocidade da internet, em razão do sistema E-proc e Único; 2) Mais treinamento e encontros técnicos de servidores, subcoordenadores e coordenadores jurídicos referentes ao sistema Único, uma vez que os servidores encontram dificuldades para detectar eventuais erros de cadastramento, os quais podem gerar inconsistências nos relatórios.

PRM/Umuarama	
Robson Martins	Criação urgente da PRM/Guaíra, com lotação de pelo menos um Procurador da República e assessoria.

PRM/União da Vitória	
Eduardo Alves Fonte	Não respondeu.

4.2.7 Feitos pendentes nos gabinetes

MEMBROS	Peças de Informações cíveis (tutela coletiva, PRDC) e/ou criminais tramitando há mais de 30 dias	Procedimentos administrativos cíveis (tutela coletiva e PRDC) em desacordo com o art. 2º, § 6º, da Res. CNMP n.º 23/2007		Procedimentos investigatórios criminais em desacordo com o art. 12 da Res. CNMP n.º 13/2006	Inquéritos civis em desacordo com o art. 9º da Res. CNMP n.º 23/2007
		ENTRE 90 E 180 DIAS	HÁ MAIS DE 180 DIAS		
PRM/Apucarana					
Marcelo de Souza	1	-	-	-	-
PRM/Campo Mourão					
Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira	3	1	-	6	-
PRM/Cascavel					
Carlos Henrique Macedo Bara (1º Ofício)	33	-	1	-	-
Monique Cheker de Souza	32	-	-	155	2
PRM/Foz do Iguaçu					
Alexandre Collares Barbosa	1449	-	-	1	-
Alexandre Halfen da Porciúncula	830	-	-	2	-
Andreia Pistono Vitalino	74	-	-	-	-
Fernando Amorim Lavieri	1527	1	-	-	-
Oswaldo dos Santos Heitor Junior	1310	-	1	1	-
Rhayssa Castro Sanches Rodrigues	593	-	-	-	-
PRM/Francisco Beltrão					
Marcelo Godoy	0	0	1	0	0
PRM/Guarapuava					
	38	-	1	-	-
PRM/Jacarezinho					
Gustavo de Carvalho Guadanhin	-	-	-	-	-

PRM/Londrina					
João Akira Omoto	4	1	10	-	2
Cíntia Maria de Andrade	1	-	-	-	-
José Mauro Luizão	4	-	-	-	-
Danielle Dias Curvelo	40	-	-	38	-
Luiz Antônio Ximenes Cebin	2	-	1	-	-

PRM/Maringá					
Carlos Alberto Sztoltz	-	-	-	-	1
Eloísa Helena Machado	8	-	-	-	-
Natalício Claro da Silva	5	1	-	-	-

PRM/Paranaguá					
Alessandro José Fernandes de Oliveira	-	-	-	-	-

PRM/Paranavaí					
Gustavo de Carvalho Guadanhin	-	1	2	5	70

PRM/Pato Branco					
Rui Maurício Ribas Rucinski	2	1	-	1	-

PRM/Ponta Grossa					
Oswaldo Soweck Junior	-	-	-	-	-

PRM/Umuarama					
Robson Martins	-	3	-	3	-
Luís Wanderley Gazoto	-	4	-	-	-

PRM/União da Vitória					
Eduardo Alves Fonte	1	2	1	3	-

5 ATENDIMENTO AO PÚBLICO – PR/PR E PRMs

Na Procuradoria da República do Estado do Paraná não houve atendimento ao público em razão de não ter havido nenhum comparecimento, apesar da divulgação determinada pelo Excelentíssimo Corregedor-Geral Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão. O mesmo ocorreu nas PRMs Apucarana, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Ponta Grossa e Umuarama e União da Vitória.

No período previsto para atendimento ao público na PRM Guarapuava compareceram os representantes da Ordem dos Advogados local, Dr. Alexandre Barbieri Neto e Dr. Marcos Carvalho, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Subseção da OAB em Guarapuava, formalizando mediante Ofício nº 113-2010- pedido de que seja provido e lotado cargo de Procurador da República na PRM local, pleito que já fora apresentado em 22 de setembro de 2010, por ocasião da vinda de comissão da Correição Ordinária. Referiram que não se trata de reclamação quanto ao desempenho funcional dos colegas, mas crítica quanto à inexistência de membro titular (termo em anexo).

Na PRM Pato Branco compareceu a a Advogada Maria Goretti Sheggen, OAB/PR 18.733, para registrar elogio à atuação funcional do Procurador Rui Maurício Rucinski e equipe.

6 CONCLUSÃO DA COMISSÃO (art. 14, § 1º, IV, do Ato Ordinatório CMPF n.º 1/2012) – PR/PR e PRM

O prédio da PR Paraná atende, em grande parte, às expectativas dos membros. Foram feitas reclamações em relação à segurança do prédio, a inexistência de estacionamento e à ausência de janelas nas salas da assessoria e secretaria dos Procuradores da República. Verificou-se que a divisão dos trabalhos da Procuradoria não é satisfatória para os Procuradores da República que oficiam na Área Criminal e na Tutela Coletiva. Apenas os Procuradores da República que atuam na Área de Custos Legis mostraram-se satisfeitos com a divisão de trabalho na Unidade. Foi informado pelo Procurador-Chefe, Dr. Orlando Martello Jr. que existe uma discussão sobre a divisão temática de trabalho na PR-PR, nos termos da Resolução nº 104, do Conselho Superior do Ministério Público Federal. A situação parece agravar-se ainda pela substituição compulsória nas PRMs impostas aos membros. O acesso à internet é deficiente na PR e nas PRMs, principalmente na PRM Paranaíba, que a conexão ocorre via satélite, o que dificulta muito o trabalho dos membros e servidores, principalmente no que tange à realização dos processos eletrônicos (Sistema E-proc) e à alimentação do Sistema Único. Constatou-se também que as informações existentes no Sistema Único não são confiáveis. Como exemplo, o número de processos judiciais e procedimentos administrativos existentes fisicamente nos gabinetes raramente conferem com o número apontado pelo Sistema Único nos relatórios GCONS.

Com relação à PRM/Foz do Iguaçu, as principais problemas detectados foram a estrutura física do prédio e acessibilidade, havendo acordo de que há necessidade de ampliação do espaço físico da PRM-FOZ, seja pela locação de outro prédio, seja pela construção de outra unidade que contemple a acessibilidade. O acesso à internet deve ser urgentemente corrigido tendo em vista que, com a implantação do sistema E-Proc na 4ª Região e Sistema Único, tal ferramenta se mostra indispensável para a realização da atividade fim. A demora no acesso à internet é uma das razões pela qual o Sistema Único não é alimentado com as peças produzidas pelos Procuradores. Os membros e servidores demonstraram grande dificuldade no manuseio do Sistema Único, havendo necessidade de aprimorar o uso e propiciar treinamento. A dificuldade para inclusão de peças produzidas no Sistema Único decorre da morosidade da internet, da impossibilidade de ser lançada assinatura eletrônica em tal sistema, bem como da impossibilidade de movimentar em bloco as peças processuais, daí porque as peças devem ser produzidas no BrOffice, assinadas eletronicamente e convertidas em arquivo PDF para serem anexadas ao E-proc. Os sistemas não são amigáveis e não “conversam”, razão pela qual o trabalho seria dobrado e o setor de TI deve providenciar melhorias. No que tange à distribuição de processos, ainda que ocorra de comum acordo entre os Procuradores, ocorrem distorções com sobrecarga de um ou outro nas férias e afastamento diante da previsão de suspensão da distribuição com antecedência. Também foi constatado que os Procuradores da PRM-FOZ são obrigados a substituírem em outras unidades, sem prejuízo da regular distribuição, o que, evidentemente, acarreta acúmulo de trabalho. A obrigatoriedade não é recomendável, dada a quantidade de feitos que tramitam. Há necessidade de serem substituídos temporariamente os Procuradores, pelo menos por ocasião das férias e no período de suspensão de distribuição que as antecedem, independentemente do número de membros em afastados. O acúmulo de processos e procedimentos nos gabinetes, que restou constatado, decorre do grande número de feitos que são distribuídos mensalmente à PRM-FOZ, da complexidade das matérias tratadas e das falhas antes apontadas. Não se trata de desídia de

membros ou servidores de modo a ensejar a atuação da Corregedoria-Geral no âmbito disciplinar.

Na PRM/Cascavel, diante da demanda judicial e administrativa suportada pela PRM, há efetiva necessidade de lotação de mais Procuradores para a unidade. A atuação na tutela coletiva e no Juizado Especial Federal se encontra prejudicada pela priorização da matéria criminal, o que é compreensível, mas que demanda correção. Finalmente, até que sejam lotados novos membros, não é recomendável que os Procuradores da República lotados em Cascavel façam substituições obrigatórias em outras unidades, sendo recomendável também que as substituições se façam naquela unidade (Cascavel), sempre que ocorrer o afastamento, por qualquer motivo, de um dos membros, sob pena de acúmulo de demanda.

Na PRM Paranaguá, foi constatado que a sede é inadequada. Fica num prédio comercial, que conta com circulação indiscriminada de pessoas (o procurador já se encontrou com investigado em operação policial no elevador). Não há como se garantir a segurança.

Com relação às PRMs Guarapuava e Jacarezinho, essas não contam com membros lotados definitivamente, situação já verificada na Correição Ordinária realizada em 2010.

Quanto à PRM Campo Mourão, o fato de a unidade estar dividida em dois andares, em prédio comercial ocupado por outros profissionais, contribui para aumentar a insegurança. Inclusive, há forte suspeita de vazamento de informações no âmbito da unidade, bem como situações que sugerem ameaças contra a pessoa da Procuradora (sucessivas ligações feitas para seu telefone residencial e para seu celular em período que tramitou investigação e ação penal promovida contra agente policial, bem como situação em que estagiária fez diversas perguntas a respeito da rotina da Procuradora). Ressalvado o aspecto da segurança, a sede possui boas condições, é bem iluminada e arejada, embora o gabinete da Procuradora seja pequeno.

Necessário, portanto, que sejam tomadas as seguintes providências com relação a todas as unidades da PR/PR:

- a) Auditoria do Sistema Único e correção das distorções dos relatórios GCONS;
- b) Estabelecimento de novas regras para substituição/itinerâncias nas PRMs, tendo em vista que o sistema da substituição compulsória, prejudica o andamento dos trabalhos dos membros convocados;
- c) Padronização do controle de atendimento ao público;
- d) Aperfeiçoamento dos serviços de internet, para que os processos tramitem com mais agilidade, principalmente com relação à PRM Paranaíba que acessa a internet via rádio;
- e) Correção da classificação dos procedimentos de controle externo da atividade policial; de forma que sejam identificados e individualizados no Sistema Único;
- f) Integração do Sistema Único ao E-proc para uma maior agilização dos trabalhos;
- g) Treinamento de membros e servidores para utilização do Sistema Único.

Com relação à PR/PR, faz-se necessária a reestruturação da divisão temática de trabalho, com o intuito de estabelecer critérios igualitários na distribuição de processos.

Para a PRM Foz do Iguaçu faz-se necessário:

- a) Ampliação do espaço físico da sede, seja pela locação de outro prédio, seja pela construção de outra unidade que contemple a acessibilidade;
- b) Estabelecimento de critérios igualitários para a distribuição dos processos;
- c) Substituição temporária dos Procuradores da República, pelo menos por ocasião das férias e no período de suspensão de distribuição que as antecedem, independentemente do número de membros afastados;
- d) Convocação de “mutirão”, até que sejam nomeados mais servidores e membros para diminuir o estoque de processos e representações.

Para a PRM/Cascavel, diante da demanda judicial e administrativa suportada pela PRM, é imprescindível a lotação de mais Procuradores para a unidade.

Nas PRMs Campo Mourão e Paranaguá devem ser adotadas providências para assegurar a segurança dos membros e servidores.

Quanto à PRM/Pato Branco há urgente necessidade de melhora dos serviços de internet e de utilização de programa que movimenta os Sistemas Único e E-proc, uma vez que o tráfego de dados atual

está limitado. Igualmente, verifica-se ser imprescindível uma auditoria no Sistema Único visando corrigir as distorções dos relatórios GCONS.

No que se refere às demais unidades da Procuradoria da República do Estado do Paraná, não foram observados problemas que demandassem soluções da CMPF.

7 ANEXO (Distribuição PR e Corregedor Auxiliar)

PR-PR					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Dilton Carlos Eduardo França	Procurador Regional da República	29	Oswaldo José Barbosa Silva	Subprocurador-Geral da República	58
Manoel Henrique Munhoz	Procurador da República	1	Oswaldo José Barbosa Silva	Subprocurador-Geral da República	58
Luis Sérgio Langowski	Procurador da República	2	Oswaldo José Barbosa Silva	Subprocurador-Geral da República	58
João Gualberto Garcez Ramos	Procurador da República	3	Roberto Luís Oppermann Thomé	Procurador Regional da República	53
Elisabeth Gumiel de Toledo	Procuradora da República	4	Roberto Luís Oppermann Thomé	Procurador Regional da República	53
Antônia Lélia Neves Sanches	Procuradora da República	6	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
João Francisco Bezerra de Carvalho	Procurador da República	42	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Orlando Martello Junior	Procurador da República (Procurador-Chefe)	65	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Renita Cunha Kravetz	Procuradora da República	103	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
João Vicente Beraldo Romão	Procurador da República	160	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64

Cristiana Koliski Taguchi	Procuradora da República	163	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	Procuradora da República	186	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Paula Cristina Conti Thá	Procuradora da República	211	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Letícia Pohl Martello	Procuradora da República	219	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Elena Urbanavicius Marques	Procuradora da República (Procuradora Regional Eleitoral Substituta)	220	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Deltan Martinazzo Dallagnol	Procurador da República	249	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	Procuradora da República (Procuradora Regional Eleitoral)	278	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Alexandre Melz Nardes	Procurador da República	317	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Gabinete vago	-----	-----	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Mônica Dorotéia Bora	Procuradora da República	408	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Total de Gabinetes: 20					

PRM-Apucarana					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Marcelo de Souza	Procurador da República	499	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Total de Gabinetes: 01					

PRM-CAMPO MOURÃO					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Lyana Helena Joppert Kalluf Pereira	Procuradora da República	547	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Total de Gabinetes: 01					

PRM-CASCADEL					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Carlos Henrique Macedo Bara	Procurador da República	428	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Monique Cheker de Souza	Procuradora da República	548	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Total de Gabinetes: 02					

PRM-FOZ DO IGUAÇU					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Alexandre Halfen da Porciúncula	Procurador da República	91	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Alexandre Collares Barbosa	Procurador da República	441	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Osvaldo dos Santos Heitor Junior	Procurador da República	522	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Fernando Amorim Lavieri	Procurador da República	523	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89

Andréia Pistono Vitalino	Procuradora da República	530	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Rhayssa Castro Sanches Rodrigues	Procuradora da República	544	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Total de Gabinetes: 06					

PRM-FRANCISCO BELTRÃO					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Marcelo Godoy	Procurador da República	567	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Total de Gabinetes: 01					

PRM-GUARAPUAVA					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
-----	-----	-----	Roberto Luís Oppermann Thomé	Procurador Regional da República	77
Total de Gabinetes: 01					

PRM-JACAREZINHO					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Gustavo de Carvalho Guadanhin	Procurador da República	515	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Total de Gabinetes: 01					

PRM-LONDRINA					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor	Cargo	Antiguidade

			Auxiliar		
João Akira Omoto	Procurador da República	146	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
Cíntia Maria de Andrade	Procuradora da República	235	Solange Mendes de Souza	Procuradora Regional da República	77
José Mauro Luizão	Procurador da República	336	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Danielle Dias Curvelo	Procuradora da República	417	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Luiz Antônio Ximenes Cibin	Procurador da República	473	Januário Paludo	Procurador Regional da República	89
Total de Gabinetes: 05					

PRM-LONDRINA					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Natalício Claro da Silva	Procurador da República	36	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Carlos Alberto Sztoltz	Procurador da República	135	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64
Eloísa Helena Machado	Procuradora da República	294	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Total de Gabinetes: 03					

PRM-PARANAGUÁ					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Alessandro José Fernandes de Oliveira	Procurador da República	371	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da República	64

Total de Gabinetes: 01

PRM-PARANAVAÍ

Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Gustavo de Carvalho Guadanhin	Procurador da República	515	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Total de Gabinetes: 01					

PRM-PATO BRANCO

Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Rui Maurício Ribas Rucinski	Procurador da República	488	Januário Paludo	Procurador Regional da República	77
Total de Gabinetes: 01					

PRM-PONTA GROSSA

Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Oswaldo Soweck Júnior	Procurador da República	286	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Total de Gabinetes: 01					

PRM-UMUARAMA

Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Robson Martins	Procurador da República	194	Antônio Carlos Welter	Procurador da República	58
Luís Wanderley	Procurador da	17	João Heliofar de Jesus Villar	Procurador Regional da	64

Gazoto	República			República	
Total de Gabinetes: 02					

PRM-UNIÃO DA VITÓRIA					
Nome	Cargo	Antiguidade	Corregedor Auxiliar	Cargo	Antiguidade
Eduardo Alves Fonte	Procurador da República	546	Roberto Luís Oppermann Thomé	Procurador Regional da República	53
Total de Gabinetes: 01					